



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria-Geral de Administração e Planejamento
Comissão Permanente de Compras e Licitação

Avenida Governador Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - www.defensoria.ro.def.br

Edital de Licitação Nº 0204481/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2023/CPCL/DPE/RO			
EDITAL Nº 007/2023/CPCL/DPE/RO			
Data de abertura: 01/06/2023		Horário de abertura: 09h00min	
Sistema eletrônico: www.gov.br/compras/pt-br		Observação: Para todas as referências de tempo será observado o horário oficial de Brasília - DF	
Processo SEI: 3001.104933.2022	SRP? Sim	Exclusiva ME/EPP? Não	Reserva de cota? Sim
Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais de rede de comunicação de dados para atender a Defensoria Pública do Estado de Rondônia			
Valor total estimado: R\$ 427.902,69 (quatrocentos e vinte e sete mil, novecentos e dois reais e sessenta e nove centavos).			
Impugnações e Pedidos de esclarecimentos: Até 29/05/2023 para o endereço licitacao@defensoria.ro.def.br		Modo de Disputa: Aberto	Amostra? Não
Prazo para envio da proposta definitiva e documentos complementares: 02 (duas) horas após convocação do pregoeiro.			
Requisitos básicos: 1. SICAF ou documentos equivalentes; 2. Certidão do CAGEFIMP; 3. Consulta pelo pregoeiro aos cadastros informativos CAGEFIMP, CEIS e CNIA;		Requisitos específicos <i>Vide termo de referência</i>	

Observações Gerais

-

Avenida Jorge Teixeira, nº 1722 - Bairro Embratel - CEP: 76.820-846 - Porto Velho – RO
Fone: 69 3217-4713 / (69) 99348-3068

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2023/CPCL/DPE/RO

EDITAL Nº 007/2023/CPCL/DPE/RO

Ampla Participação

Reserva de Cota

A **Defensoria Pública do Estado de Rondônia - DPE/RO**, através de seu **Pregoeiro** e Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 473/2022/SGAP/DPERO de 3 de novembro de 2022, publicado no D.O.E. nº 849 – ano IV, de dia 04 de novembro de 2022, torna público que se encontra autorizada a realização da licitação, na modalidade **Pregão**, em sua forma **eletrônica**, do tipo **menor preço**, com **adjudicação por item**, mediante **fornecimento parcelado**, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, elaborado em conformidade com a Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 a qual se aplica subsidiariamente a modalidade de Pregão, com a Lei Complementar nº 123/2006, Lei Estadual nº 2.414/2011, Decretos Estaduais nº 26.182/2021, nº 16.089/2011 e nº 21.675/2017, Decreto Federal nº 10.024/2019 e suas respectivas alterações, e com outras legislações vigentes.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

DIA: 01 de junho de 2023.

HORÁRIO: 09h00min (horário oficial de Brasília/DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras/pt-br

UASG: 926224

1. DO OBJETO, PRAZO, LOCAL E RECEBIMENTO:

1.1. DO OBJETO: A presente licitação tem como objeto o Registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais de rede de comunicação de dados para atender a Defensoria Pública do Estado de Rondônia, conforme quantidades, condições e especificações minuciosamente descritas neste Edital e seus anexos.

1.1.1. A licitação será realizada por item.

1.1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.1.3. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no endereço eletrônico e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão às últimas.

1.2. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO: Conforme descrito nos itens **04** e **05** do Termo de Referência.

2. DO VALOR ESTIMADO:

2.1. O valor estimado da licitação é de **R\$ 427.902,69 (quatrocentos e vinte e sete mil,**

novecientos e dois reais e sessenta e nove centavos).

3. DA AUTORIZAÇÃO:

3.1. A realização desta licitação encontra-se devidamente autorizada pelo Ordenador de Despesas, conforme **Processo SEI nº 3001.104933.2022**, e destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos.

4. DO SISTEMA ORÇAMENTÁRIO:

4.1. Os recursos orçamentários para dar cobertura à realização da despesa estão previstos na Lei Orçamentária Anual - LOA, exercício **2023**, por meio da programação: **30.011.03.126.2046.1096 e 30.011.03.122.2046.2182**; natureza da despesa: **4.4.90.52 e 3.3.90.30**; fonte de recurso: **1759008030**; unidade orçamentária: **30011 - Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado de Rondônia**.

5. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

5.1. Até **03 (três) dias úteis** antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá **impugnar** este Edital.

5.1.1. A **impugnação** poderá ser realizada de forma eletrônica, por meio do e-mail: licitacao@defensoria.ro.def.br ou protocoladas na DPE/RO, situada à Avenida Jorge Teixeira, nº 1722 - Bairro Embratel - CEP: 76.820-846, Porto Velho, Rondônia, em dias úteis nos horários de **08h30min às 14h30min (horário oficial de Brasília/DF)**.

5.1.2. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação no **prazo de até 1 (um) dia útil** antecedente à data marcada para a abertura da licitação.

5.1.3. Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

5.2. Os **pedidos de esclarecimentos** referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até **03 (três) dias úteis** anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio do e-mail licitacao@defensoria.ro.def.br.

5.2.1. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos até a data definida para a sessão inaugural e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do termo de referência.

5.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

5.4. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

5.5. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo **Pregoeiro** serão entranhados nos autos do processo licitatório e divulgados nos sítios eletrônicos www.defensoria.ro.def.br e www.gov.br/compras/pt-br, disponíveis para consulta por qualquer interessado.

5.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos vincularão os participantes e a Administração.

6. DO CREDENCIAMENTO:

6.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

6.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras/pt-br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

6.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

6.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

6.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

7. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:

7.1. Poderão participar deste **Pregão** os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, e que estejam com credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, por meio do sítio www.gov.br/compras/pt-br.

7.1.1. Apenas o item **01 não é** reservado para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

7.2. Não poderão participar deste **Pregão**:

7.2.1. Consórcio de empresas: Fica vedada a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio, sendo que neste caso o objeto a ser licitado não envolve questões de alta complexidade técnica, ao ponto de haver necessidade de parcelamento do objeto, através da união de esforços;

7.2.2. Empresa que estiver em processo de falência ou sob o regime de concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

7.2.3. Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública;

7.2.4. Empresa impedida de licitar e contratar com o Estado de Rondônia, durante o prazo da sanção, conforme art. 7º, da Lei nº 10.520/2002;

7.2.5. Empresa punida com suspensão temporária (art. 87, inciso III, da Lei nº 8.666/93) do direito de licitar e contratar com o Órgão/Entidade Contratante, durante o prazo de sanção;

7.2.6. Empresário proibido de contratar com o Poder público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), durante o prazo de sanção;

7.2.7. Empresário proibido de contratar com a Administração Pública, em razão do disposto no art. 72, parágrafo 8º, inciso V, da Lei nº 9.605/98 (Lei de Crimes ambientais), durante o prazo de

sanção;

7.2.8. Empresas estrangeiras que não funcionem no País.

7.3. A participação nesta licitação importa o **licitante** a irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos, independentemente de declaração expressa. A não observância dessas condições ensejará o sumário impedimento da participação do **licitante** no referido certame.

7.3.1. Não cabe à **licitante**, após a abertura da sessão pública, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, o **licitante** deverá ler atentamente o Edital e seus anexos.

7.4. Como requisito para participação neste **Pregão**, o **licitante** deverá se manifestar nas seguintes declarações, em campo próprio do sistema eletrônico:

a) Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

b) Declaração de ciência e concordância com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, bem assim de cumprimento pleno dos requisitos de habilitação previstos;

c) Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

d) Declaração expressa do responsável pela firma de que ela não está impedida de participar de licitações promovidas por órgãos ou entidades públicas;

e) Declaração de que é microempresa e empresa de pequeno porte, e que, sob as penas da Lei, cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e está apta a usufruir do tratamento favorecido nos arts. 42 a 49 da referida Lei Complementar, se for o caso;

f) Declaração de elaboração independente de proposta;

g) Declaração de não utilização de trabalho degradante ou forçado, nos termos do art. 1º, III e IV, e art. 5º, III, da Constituição Federal;

h) Declaração de Acessibilidade, nos termos do art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

7.4.1. Em caso de omissão, o **licitante** será desclassificado.

7.4.2. A **declaração falsa** relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta, emprego de menor, elaboração independente da proposta, enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou ao direito de preferência, e sobre a não utilização de trabalho degradante ou forçado sujeitará o **licitante** às sanções previstas neste Edital e nas leis.

8. DA RESERVA DE COTA

8.1. Em cumprimento ao art. 48, III, da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 8 do Decreto Estadual nº 21.675/2017, será reservado até 25% (vinte e cinco) do objeto desta licitação, para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparados, conforme detalhamento feito no Anexo II do Edital.

8.1.1. A **reserva da cota** prevista não impede a contratação das microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparados na totalidade do objeto.

8.1.2. Na hipótese de **não haver vencedor** na cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou, diante de sua recusa, às licitantes remanescentes, desde que

pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

8.1.3. Na situação inversa ao subitem anterior, hipótese de **não haver vencedor** na cota principal, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota reservada, ou, diante de sua recusa, às licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota reservada, desde que atendidas as exigências de habilitação técnicas mínimas pertinentes a cada grupo, observadas a primazia dos princípios administrativos da economicidade e eficiência.

8.1.4. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal do mesmo item, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo **menor preço** obtido na licitação.

8.1.5. A empresa que apresentar propostas para ambas as cotas, deverá ofertar o mesmo produto/marca/modelo para o referido item.

8.1.6. Haverá **prioridade** de aquisição dos produtos das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente, nos termos do art. 8º, § 4º, do Decreto Estadual nº 21.675/2017.

9 . DO CADASTRO DA PROPOSTA DE PREÇOS E ENVIO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1. O **licitante** credenciado a participar deste **Pregão**, deverá enviar exclusivamente por meio do sistema eletrônico, os documentos de habilitação exigidos no edital e a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação, sendo considerados inválidos os documentos enviados por meio diverso.

9.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

9.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9.4. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

9.5. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

9.6. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

9.7. O **licitante** deverá cadastrar sua proposta mediante o preenchimento, no **sistema eletrônico**, dos seguintes campos, sempre que estes estiverem disponíveis:

a) Preço unitário e total;

b) Marca/modelo/fabricante;

c) Descrição detalhada do objeto ofertado.

9.8. No caso de haver divergência entre a descrição do código CATMAT/CATSER no sistema eletrônico e o disposto no Edital, o **licitante** deverá obedecer ao que está disposto no Edital.

9.9. Neste Pregão, será declarada a proposta mais vantajosa aquela que preencher os requisitos de adequabilidade ao objeto da contratação, observando os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste edital, inclusive o preço.

9.10. Nos preços propostos devem estar incluídos todos os custos diretos ou indiretos que se façam indispensáveis à perfeita execução do objeto desta licitação devem estar inclusos nos preços cotados, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer impostos, taxas, fretes, seguros, embalagens, transporte, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias e demais encargos.

9.11. É **vedada** a cotação parcial de itens ou de quantidade inferior à demandada nesta licitação.

9.12. O prazo de validade da proposta comercial será de **60 (sessenta)** dias, a contar da data marcada para a abertura das propostas, podendo ofertar prazo superior, declarando-o expressamente no campo "descrição complementar".

9.13. No julgamento da habilitação e das propostas, o **Pregoeiro** poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, sempre assegurada, a todos os **licitantes**, paridade de tratamento neste aspecto.

10. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS:

10.1. A abertura da sessão pública deste **Pregão**, conduzida pelo **Pregoeiro**, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio www.gov.br/compras/pt-br.

10.1.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do **Pregoeiro** de data diversa.

10.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o **Pregoeiro** e o **licitante** ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

10.3. Cabe ao **licitante** acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do **Pregão**, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

10.4. O **Pregoeiro** verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, dentre as quais:

- a) Contiverem cotação de objeto diverso daquele requerido nesta licitação;
- b) Não atenderem aos parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital;
- c) Apresentarem irregularidades ou defeitos que prejudiquem o julgamento objetivo por parte do **Pregoeiro**;
- d) Apresentarem vantagem baseada nas ofertas dos demais **licitantes**, exceto o preço, obedecida a formulação de lances;
- e) Valores unitários e/ou global superiores ao máximo aceito;
- f) Apresentarem preços unitários simbólicos, preços irrisórios ou com valor zero;
- g) Preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos são compatíveis com a execução do objeto;
- h) A proposta que identifique o **licitante**;
- i) Apresentarem proposta alternativa.

10.4.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.4.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de julgamento.

10.4.3. O ônus da prova da exequibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo de **48 (quarenta e oito) horas**, contados da intimação, e seu julgamento observará as disposições presentes no art. 44, §3º c/c art. 48, II, ambos da Lei nº 8.666/1993.

11. DA DISPUTA E FORMULAÇÃO DE LANCES

11.1. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de disputa.

11.2. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

11.3. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

11.3.1. O lance deverá ser ofertado pelo O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**.

11.4. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

11.5. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

11.6. O intervalo mínimo de **diferença de percentual** entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **1% (um por cento)**.

11.7. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

11.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

11.9. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

11.10. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

11.11. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

11.12. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

11.13. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;

11.13.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

11.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.15. Durante o transcurso da fase de disputa, o **licitante** será informado, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará a autora do lance.

11.16. No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

11.16.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

11.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

11.18. Encerrada a etapa de lances, ocorrendo à situação denominada **empate ficto**, prevista no art. 44, § 2º, da Lei Complementar nº 123/2006, o sistema eletrônico se encarregará **automaticamente** de assegurar o exercício dos direitos inerentes à preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, na forma regulamentada pelo art. 45 do mesmo estatuto.

11.18.1. Para tanto, faz-se necessário que no campo próprio trazido pelo sistema eletrônico, o **licitante** manifeste cumprir plenamente os requisitos para classificação como tal, nos termos do art. 3º do referido diploma legal.

11.18.2. O **licitante** que deixar de assinalar o referido campo não terá **direito** a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006.

11.18.3. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparados forem iguais ou até **5% (cinco por cento)** superiores a melhor proposta ou melhor lance, desde que esta também não se enquadre nessas categorias.

11.18.4. Encerrado os lances, o sistema identificará automaticamente a existência da situação de empate na sala de disputa, informando o nome do **licitante**. Em seguida, será convocado o **licitante** que se encontre em situação de empate para, no prazo de **5 (cinco) minutos**, sob pena de preclusão, ofertar novo lance, inferior ao menor lance registrado para o item/grupo.

11.18.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

11.18.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparados, que se encontrem empatados no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate.

11.19. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e equiparados, **nos itens exclusivos ou com reserva de cota**, será concedida prioridade às microempresas e empresas de pequeno porte **sediadas local ou regionalmente**, até o limite de **10% (dez por cento)** do melhor preço válido, para apresentarem novas propostas de desempate, nos termos do Decreto Estadual nº 21.675/2017.

11.19.1. As microempresas, empresas de pequeno porte e equiparados local ou regional que se enquadrarem no subitem anterior, serão convocadas pelo **Pregoeiro** para apresentarem novas propostas no prazo máximo de **05 (cinco) minutos** após o encerramento dos lances, contados a partir da convocação do **Pregoeiro**, sob pena de preclusão.

11.19.2. Na hipótese de as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparados sediadas local ou regionalmente não apresentarem propostas de preços inferiores àquela considerada vencedora da licitação, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação do **subitem 11.19**, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo

direito.

11.19.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e equiparados sediadas local ou regionalmente, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

11.20. Persistindo empate após a aplicação da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto Estadual nº 21.675/2017, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.21. Na hipótese de prosseguir o empate após a aplicação do art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

11.22. Após o encerramento da fase de disputa da sessão pública, o **Pregoeiro** poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, **contraproposta** ao **licitante** que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

11.22.1. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelos demais **licitantes**.

11.23. Todas as informações relativas à sessão pública deste Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.

11.24. Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e neste Edital.

11.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

12.1. Encerrada a fase de negociação, o pregoeiro solicitará que o licitante melhor classificado, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

12.2. A proposta de preços enviada pelo sistema deverá conter:

a) Razão social da proponente, endereço, CNPJ, número da conta corrente, agência e respectivo banco, telefone/fax e endereço eletrônico (e-mail);

b) Descrição detalhada do objeto, indicando, além das especificações técnicas, no que for aplicável, marca, modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente (quando for o caso);

c) Valor unitário e valor total do item;

d) Prospecto, manual e/ou catálogo, com descritivos técnicos detalhados, expedido pelo fabricante do material ofertado.

e) Comprovação de garantia do material, a qual deverá ocorrer através de documentação do fabricante de domínio público, sendo aceitas declarações do fabricante ou fornecedor.

12.2.1. Se o **licitante** não encaminhar as documentações relativas às letras “**d**” e “**e**” do item **12.2**, o **Pregoeiro** consultará os sítios dos fabricantes do objeto apresentado e, caso não logre êxito, o **licitante** terá sua proposta recusada.

12.2.2. Os prazos estabelecidos pelo **Pregoeiro** poderão ser prorrogados por solicitação escrita e justificada do **licitante**, **via sistema**, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceitos pelo **Pregoeiro**.

12.3. O **Pregoeiro** examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade com

as especificações técnicas do objeto e quanto ao preço estimado, oportunizando a adequação destes aos valores praticados no mercado.

12.4. O **Pregoeiro** poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da DPE/RO ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

12.5. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

12.6. Será **desclassificada** a proposta que apresentar preço final **superior ao preço máximo fixado** ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

12.6.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitário simbólicos, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

12.6.2. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

12.7. Incumbe ao **Pregoeiro**, na fase de julgamento, promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo o **licitante** atender às solicitações, podendo inclusive convocar o **licitante** para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema eletrônico, estabelecendo prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.

12.7.1. Havendo dúvidas sobre a veracidade dos documentos apresentados para habilitação ou sua compatibilidade com as exigências editalícias, poderá ser solicitada a exibição de documentos complementares, tais como: termo de contrato, atas de registro de preços, notas de empenho, notas fiscais ou outros considerados pertinentes.

12.8. Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, poderá o **Pregoeiro**, a seu exclusivo critério, suspender a respectiva sessão.

12.8.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas** de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

12.9. Será desclassificada a proposta que não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo **Pregoeiro**.

12.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o **Pregoeiro** examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

12.10.1. Na hipótese em que o **Pregoeiro** não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

12.10.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

12.11. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o **Pregoeiro** passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

12.12. Havendo necessidade, o **Pregoeiro** suspenderá a sessão, informando no “*chat*” a nova data e horário para a sua continuidade.

12.13. Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento.

12.14. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

13. DA HABILITAÇÃO:

13.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) As declarações prestadas em campo próprio do sistema;

b) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;

c) Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitare e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP, instituído pela Lei Estadual nº 2.414/2011;

d) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, da Controladoria-Geral da União - CGU, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada; e,

e) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa - CNIA, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada.

13.1.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

13.1.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

13.1.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

13.2. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

13.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

13.4. Caso atendidas as condições de participação, serão analisados os documentos enviados pelo licitante **juntamente** com a proposta de preços.

13.4.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a demonstração do ramo de atividades compatível com o objeto licitado, bem como a última alteração social. Não será aceita a Certidão Simplificada da Junta Comercial para substituir o contrato social;

b) Registro na Junta Comercial, no caso de empresa individual, com demonstração atualizada dos objetos sociais, indicando ramo de atividade compatível com o objeto licitado;

c) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

e) Se a empresa se fizer representar por procurador, faz-se necessário o envio de outorga por instrumento público ou particular (com firma reconhecida), com menção expressa de que lhe confere amplos poderes, inclusive para formular lances, negociar preços, receber intimações e notificações, desistir ou não de recursos, bem como praticar os demais atos pertinentes ao certame;

f) Cédula de identificação dos sócios, ou do diretor, ou do proprietário, ou do representante legal da licitação, se for o caso.

13.4.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo à sede ou domicílio da **licitante**, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação da certidão de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212/1991, dentro da validade;

d) Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), dentro da validade;

e) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, demonstrada através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, em conformidade com a Lei nº 12.440/2011, dentro da validade;

f) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede ou domicílio do licitante, dentro da validade;

g) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede ou domicílio do licitante, dentro da validade.

13.4.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

13.4.4. É dispensada a apresentação de documentos de habilitação, indicados, desde que estes estejam válidos e disponíveis para consulta no **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF**.

13.4.5. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, **ou encaminhar**, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

13.4.6. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

13.5. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e **já apresentados**, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **02 (duas)** horas, sob pena de inabilitação.

13.6. A Administração não se responsabiliza pela perda de negócios quanto aos documentos exigidos para habilitação que puderem ser emitidos pelo **Pregoeiro** via *online*, gratuitamente, quando da ocorrência de eventuais problemas técnicos de sistemas ou quaisquer outros, pois é

de inteira responsabilidade do **licitante** a apresentação dos documentos exigíveis legalmente quando da convocação, pelo **Pregoeiro**, para o envio dos mesmos.

13.7. A documentação exigida deverá ter validade mínima até a data prevista para a sessão pública. Se o prazo de validade das certidões não estiver expresso, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias consecutivos, excluindo-se nesta contagem o dia da emissão/expedição.

13.8. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

13.9. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, é assegurado o prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que for declarada vencedora desta licitação, prorrogável por igual período, a critério da DPE/RO, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

13.9.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

13.10. A não regularização da documentação no prazo previsto implicará na **decadência** do direito à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e na legislação, sendo facultado à DPE/RO convocar os **licitantes** remanescentes, na ordem de classificação ou, ainda, revogar esta licitação.

13.11. Para efeito de regularidade fiscal e trabalhista, serão igualmente aceitas certidões negativas e as certidões positivas com efeitos de negativas.

13.12. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o **Pregoeiro** suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade do certame.

13.13. Sob pena de **inabilitação**, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

a) Se o **licitante** for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

b) Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz; e,

c) Se o **licitante** for a matriz e a fornecedora do objeto neste Edital ou a emissora da fatura/nota fiscal for a filial, os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial, simultaneamente.

13.14. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

13.15. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, o **licitante** será declarado vencedor.

14. DOS RECURSOS:

14.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de **30 (trinta) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

14.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a

existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

14.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

14.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

14.2.3. As razões do recurso deverão ser apresentadas no prazo de **03 (três) dias**.

14.2.4. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de **03 (três) dias**, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

14.2.5. Para efeito do disposto no art. 109, § 5º, da Lei nº 8.666/1993, fica à vista dos autos franqueada aos interessados.

14.3. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.4. Julgado o recurso a decisão será publicada no sistema eletrônico.

15. DA REABERTURA DA SESSÃO

15.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

15.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

15.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

15.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat” e “aviso”).

16. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO:

16.1. Na ausência de recurso, caberá ao **pregoeiro** adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

16.2. Havendo recurso, a **autoridade competente** adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

17. DO REGISTRO DE PREÇOS:

17.1. Da assinatura da ata e cadastro de reserva de fornecedores:

17.1.1. Homologada a licitação, terá o adjudicatário o prazo de **3 (três) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.1.2. A Administração disponibilizará acesso ao Sistema Eletrônico de Informação – SEI para adjudicatária assinar a Ata de Registro de Preços.

17.1.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s)

vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

17.1.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

17.1.5. Com o objetivo de formar cadastro reserva de fornecedores, no caso de exclusão do primeiro colocado, será incluído na respectiva ata o registro das licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao da licitante vencedora, na sequência da classificação do certame.

17.1.6. As sanções descritas no Termo de Referência, Anexo I do Edital, também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

17.2. Do prazo de validade da Ata de Registro de Preços:

17.2.1. Será de **12 (doze) meses** o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, contados da data da publicação do extrato no Diário Oficial Eletrônico da Defensoria Pública do Estado de Rondônia.

17.2.2. A detentora fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a validade da Ata de Registro de Preços, ainda que a(s) aquisição(ões) decorrente(s) tenha(m) que ser efetuado após o término de sua vigência.

17.3. Da realização periódica de pesquisa de mercado:

17.4. Nos termos do art. 10, inciso X do Decreto Estadual 18.340/13, será realizada periodicamente pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade, nos moldes previstos no artigo 34 do referido Decreto.

17.5. Da revisão dos preços registrados:

17.5.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 1993.

17.5.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços.

17.5.2.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

17.5.2.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

17.5.3. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

17.5.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

17.5.3.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

17.5.3.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

17.5.4. Será admitida solicitação de revisão de preços de que trata o item **17.5.3**, quando tratar-se de produto cujo preço médio de mercado for obtido em tabelas oficiais publicamente

reconhecidas ou de preços regulamentados pelo poder público, depois de cumprido o disposto no inciso item **17.5.3.2**.

17.5.4.1. A revisão de preços prevista no subitem anterior poderá ser efetivada mediante requerimento do detentor da ata, que deverá fazê-lo antes do pedido de fornecimento e, deverá instruir o pedido com a documentação probatória de majoração do preço do mercado e a oneração de custos.

17.5.5. Os preços registrados serão mantidos inalterados por todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços - ARP, admitida sua revisão, para majorar ou minorar os preços registrados, em casos excepcionais, nas hipóteses legais e considerando os preços vigentes de mercado.

17.5.5.1. A revisão de preços prevista no subitem anterior precederá de requerimento: I - do detentor da ata, que deverá fazê-la antes do pedido de fornecimento e, instruindo seu pedido com documentação probatória de majoração de preço do mercado e a oneração de custos; pelo órgão participante ou órgão interessado, comprovando por meio de pesquisas de preços que há minoração do valor originalmente registrado.

17.5.5.2. Comprovada a majoração dos valores de mercado nas hipóteses da alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993, o órgão gerenciador da Ata convocará, antes da efetiva alteração de preços, as demais licitantes na ordem de classificação original para que manifestem interesse em manter o preço original registrado em ata, de modo que, inexistindo interessados dispostos em manter o valor da ata; os preços poderão ser revisados conforme disposto no subitem **17.5.3**.

17.5.5.3. Comprovada a minoração dos valores de mercado, o órgão gerenciador da ata convocará os licitantes na ordem de classificação original para que manifestem interesse em adequar o preço registrado em ata, de modo que o órgão, mediante análise de vantajosidade e probidade das licitantes, poderá realizar, a seu critério técnico, os trâmites administrativos cabíveis para o cancelamento do item da ata.

17.5.5.4. A revisão aprovada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época do registro.

17.6. Do cancelamento da Ata de Registro de Preços:

17.6.1. O registro do fornecedor será cancelado quando:

17.6.1.1. Descumprir total ou parcialmente as condições da ata de registro de preços;

17.6.1.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

17.6.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

17.6.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do artigo 87 da Lei n. 8.666, de 1993, ou no artigo 7º da Lei n. 10.520, de 2002.

17.6.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos subitens **17.6.1.1**, **17.6.1.2** e **17.6.1.4** será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

17.6.3. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas nos subitens **17.6.1.1** e **17.6.1.2** acarretará, ainda, a aplicação das penalidades cabíveis, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

17.6.4. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

17.6.4.1. Por razão de interesse público; ou

17.6.4.2. A pedido do fornecedor.

17.7. Da adesão a Ata de Registro de Preços:

17.7.1. Nos termos do Artigo 26 do Decreto Estadual 18.340/13, esta Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Estadual, Municipal ou Distrital que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

17.7.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

17.7.3. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

17.7.4. As adesões à ata de registro de preços não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

17.7.5. Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preço.

18. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE:

18.1. Após homologação do certame, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou instrumento equivalente.

18.2. O adjudicatário terá o prazo de **3 (três) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

18.3. A Administração disponibilizará acesso ao Sistema Eletrônico de Informação – SEI para adjudicatária assinar/receber o Termo de Contrato ou instrumento equivalente.

18.4. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o Contrato ou instrumento equivalente, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, após a devida notificação, sujeitando-a à perda do direito à contratação, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis previstas em Lei e no instrumento convocatório.

18.5. Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail, far-se-á a remessa da Ata ou Contrato por via postal, para assinatura da adjudicatária.

19. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

19.1. As obrigações estão dispostas no item **08** do Termo de Referência.

20. DO PAGAMENTO:

20.1. O pagamento será realizado na forma do item **09** do Termo de Referência.

21. DAS SANÇÕES:

21.1. As sanções serão aplicadas na forma do item **12** do Termo de Referência.

22. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO:

22.1. Os **licitantes** deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e a execução contratual, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira.

23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

23.1. Esta Licitação poderá ser revogada por interesse da **Defensoria Pública do Estado de Rondônia**, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulada por vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros, sem que o **licitante** tenha direito a qualquer indenização.

23.2. O s **licitantes** estão cientes das condições para participação no certame e são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a vencedora, implicará na anulação do empenho ou na rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

23.3. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do **licitante**, não conferindo direito a qualquer indenização ou ressarcimento, independente do resultado da licitação.

23.4. É facultado ao **Pregoeiro** ou à **Autoridade Superior**, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

23.5. As comunicações oficiais referentes ao presente objeto poderão ser realizadas através de **e-mail** corporativo, reputando-se válidas as enviadas em e-mail incluído na proposta ou documentos apresentados pelo **licitante**.

23.5.1. A ciência do ato será a data de confirmação da leitura pelo destinatário. Na ausência da confirmação, será considerada válida a comunicação na data do término do prazo de **2 (dois) dias úteis**, contados da data do envio.

23.6. As normas que disciplinam este **Pregão** serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.7. Para contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando explicitamente disposto em contrário.

23.8. Qualquer modificação neste Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

23.9. Os casos omissos serão resolvidos pelo **Pregoeiro**, que decidirá com base na legislação em vigor.

23.10. É **vedada** a subcontratação para a execução do(s) serviço(s) objeto deste **Pregão**, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das penalidades aplicáveis previstas.

23.11. Este Edital encontra-se à disposição dos interessados nos sítios www.defensoria.ro.def.br ou www.gov.br/compras/pt-br, bem como na sala da Comissão Permanente de Compras e Licitações, situada na Avenida Jorge Teixeira, nº 1722 - Bairro Embratel - CEP: 76.820-846 - Porto Velho – RO, no horário das 08h30min às 14h30min (horário oficial de Brasília/DF), onde poderá ser retirado em meio físico ou eletrônico, sem ônus para a DPE/RO, com estes arcando o interessado, tais como fotocópia, ou trazendo o CD-R, ou *pen drive* próprio.

23.12. O **Pregoeiro** e **Equipe de Apoio** encontram-se à disposição para esclarecimento de dúvidas ou informações complementares no endereço supracitado ou pelo telefone **(69) 3217-4713** ou **(69) 99348-3068**, e ainda pelo e-mail licitacao@defensoria.ro.def.br. O **Pregoeiro** não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos por ele em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto desta DPE/RO quanto do emissor.

24. DOS ANEXOS:

24.1. Fazem parte integrante do presente Edital, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

24.1.1. Anexo I - Termo de Referência (0204106);

24.1.2. Anexo II - Estimativa de Preços (0204463);

24.1.3. Anexo III - Modelo de Proposta de Preços (0202299);

24.1.4. Anexo IV – Minuta da Ata de Registro de Preços (0202322); e

24.1.5. Anexo V - Minuta do Contrato (0202337).

25. DO FORO:

25.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da cidade de Porto Velho/RO, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Porto Velho - RO, na data da assinatura.

Antônio Carlos Mendonça Tavernard

Pregoeiro

Adriana Larissa Freitas dos Santos

Equipe de apoio

Luan Hortiz Campos

Equipe de apoio



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Larissa Freitas dos Santos, Membro(a) de Equipe de Apoio**, em 17/05/2023, às 13:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Luan Hortiz Campos, Membro(a) de Equipe de Apoio**, em 17/05/2023, às 13:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Carlos Mendonca Tavernard, Pregoeiro(a)**, em 17/05/2023, às 13:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei informando o código verificador **0204481** e o código CRC **23CB80DF**.

Caso responda este documento, favor referenciar expressamente o Processo nº 3001.104933.2022.

Documento SEI nº 0204481v5



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Secretaria-Geral de Administração e Planejamento

Diretoria de Tecnologia da Informação

Avenida Governador Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - www.defensoria.ro.def.br

Processo nº: 3001.104933.2022

Tipo: Compra de Material e Contratação de Serviços

Assunto: Aquisição de equipamentos e materiais de rede de comunicação de dados

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 47/2022

Consolidação (0202475 e 0204101)

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE REDE DE COMUNICAÇÃO DE DADOS PARA ATENDER A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA

1. OBJETO:

1.1. O presente Termo de Referência visa o **registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais de rede de comunicação de dados para atender a Defensoria Pública do Estado de Rondônia**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, de acordo com documento de oficialização da demanda (0083899) e estudo técnico preliminar (0084047).

2. JUSTIFICATIVA:

2.1. Como acontece com a maioria das tecnologias, os ativos de rede sofrem um processo de depreciação natural que, associado à modernização, acarreta aos gestores a tomada de medidas que garantam a continuidade da infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação de forma eficaz para a continuidade dos serviços.

2.2. O pleno funcionamento dos equipamentos de informática implica na diminuição de custos operacionais, e necessidade de substituição de equipamentos que apresentam manutenção constante. A atualização tecnológica promove a redução de custos relacionados a informática, e também riscos de "pane" de funcionamento inerente a idade média dos equipamentos de informática.

2.3. Os materiais e equipamentos são de necessidade da Diretoria de Tecnologia da Informação, cujo objetivo é prestar assistência técnica em todos os equipamentos da Instituição, como também, confecção e/ou reparo de pontos lógicos, garantindo a continuidade dos trabalhos mediante alguns problemas com equipamentos de informática.

2.4. Com isso, a continuidade dos serviços é uma das principais características a ser considerada pelos gestores, considerando-se que a sua interrupção causaria transtornos ao público e, em especial, aos assistidos pela Instituição.

2.5. Neste sentido, diante dos equipamentos existentes e o crescimento da infraestrutura tecnológica, entende-se como imprescindível viabilizar processo licitatório que possibilite à aquisição de ativo de rede de comunicação para proporcionar as instalações e manutenções de pontos de comunicação, bem como assegurar reserva técnica para futuros projetos de expansão da rede de dados. Tais funcionalidades contribuem diretamente para melhorar operação do ambiente, prevenção e resolução de problemas, colaborando para a estabilidade e continuidade dos sistemas e serviços.

2.6. À face de todo o exposto, a pretensa aquisição se justifica pela necessidade de equipamentos e materiais para expansão e manutenção que serão realizadas pela Diretoria de Tecnologia da Informação, sem a qual poderá prejudicar as atividades desenvolvidas pela Instituição.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES:

3.1. Todas as características deste termo são parâmetros mínimos exigidos para o fornecimento, sendo permitida a oferta de material(is) com característica(s) superior(es), a ser avaliado pela Administração, conforme especificações e quantidades estabelecidas abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	CATMAT	PEDIDO MÍNIMO	QUANT. TOTAL
	<p>Switch L2 de 48 portas</p> <p>· Especificações técnicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> o Switch Ethernet 48 (quarenta e oito) 10/100/1000 UTP <i>auto-sensing</i> e conector RJ-45 com LEDs que indiquem a integridade e atividade do link, a velocidade de conexão e também o modo de operação (half/full duplex) com altura máxima de 1U. o Deve possuir pelo menos 02 (dois) <i>slots</i> que permitam a inserção de adaptadores Gigabit Ethernet/10 Gigabit Ethernet (SFP/SFP+); o Possuir porta de console para gerenciamento e configuração via linha de comando. O conector deve ser RJ-45, padrão RS-232 ou USB. (os cabos e eventuais adaptadores necessários para acesso à porta de console devem ser fornecidos); o Possuir no mínimo uma matriz de comutação com 176 Gbps; o Possuir capacidade de processamento de pelo menos 100 mpps (milhões de pacotes por segundo); o Possuir capacidade para no mínimo 16.000 endereços MAC; o Deve suportar as normas técnicas IEEE802.3, IEEE802.3u (100Base-TX), IEEE 802.3z (1000Base-X), IEEE 802.3ad (1000Base-T); o Ser fornecido com configuração de CPU e memória (RAM e Flash) suficiente para implementação de todas as funcionalidades descritas nesta especificação. o Possuir fonte de alimentação interna ao equipamento com ajuste automático de tensão 110 e 220 volts e frequência entre 50/60hz; o O switch fornecido deve ser empilhável. O empilhamento deve ser feito através de Portas SFP+ 10 GbE ou Portas de empilhamento traseiras com cabo dedicado. A funcionalidade de empilhamento deve possuir pelo menos as seguintes características: <ul style="list-style-type: none"> § Ser possível empilhar pelo menos 04 (quatro) destes switches permitindo o gerenciamento de um único endereço IP; § O empilhamento deve ser feito em anel (<i>stack ring</i>) para garantir que, na eventual falha de um link, a pilha continue a funcionar; § Deverá vir acompanhado de todos os elementos que se fizerem necessários para o empilhamento inclusive cabos (de 30 cm ou 1 m); 				

§ Em caso de falha do switch controlador da pilha, um controlador *backup* deve ser selecionado de forma automática, sem que seja necessária intervenção manual;

§ Deve ser possível criar uma conexão de pelo menos 20 Gbps entre os comutadores membros da pilha;

§ Oferecer a possibilidade de a pilha de switches ser gerenciada graficamente como uma entidade única;

o Deve ser montável em rack padrão de 19", sendo que deverão ser fornecidos os respectivos Kits de fixação e trilhos;

o O equipamento deve ser acompanhado de todas as licenças que se fizerem necessárias para o perfeito funcionamento de todas as funcionalidades descritas nesta especificação durante sua vida útil;

o Deve ser homologado pela ANATEL;

o Não poderão ser oferecidos produtos que, até a data do recebimento definitivo do objeto, sofreram descontinuidade ou sem suporte técnico do fabricante;

o Deve ser novo (de primeiro uso, não reconicionados, sem marcas, amassados, aranhões ou outros problemas físicos) e estar na linha atual de produção do fabricante além de estar embalado e acondicionado de forma adequada e lacrada para o transporte da origem até o destino final;

o Todos os itens e subitens desta especificação deverão ser comprovados através de catálogos, *folders* e/ou outros comprovantes, apontado a página do documento onde consta a comprovação do solicitado;

o O Gestor do Contrato emitirá Termo de Recusa em caso de verificação de erros ou impropriedades impeditivas de recebimento dos produtos; ou se os produtos forem entregues com especificações técnicas inferiores às constantes do edital e seus anexos ou na proposta técnica da CONTRATADA;

o Caso os produtos apresentem defeito durante os procedimentos de instalação e configuração:

§ A CONTRATADA deverá promover as correções necessárias em prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos a partir da notificação/emissão do Termo de Recusa;

§ Caso o prazo do inciso anterior seja extrapolado, a CONTRATADA sujeitar-se-á às penalidades previstas neste documento.

o À DPE-RO não caberá qualquer ônus pela rejeição de produtos considerados inadequados pelo gestor.

· Funcionalidades Gerais

o Possuir uma interface de

gerenciamento baseada em WEB (HTTP) que permita sua configuração e gerência através de um browser padrão;

o Deve ser gerenciável via Telnet, SSH e SSL, SNMP(v1, v2c e v3);

o Possuir imagens duplas de firmware integradas ao equipamento;

o Permitir o espelhamento de uma porta e de um grupo de portas para uma porta especificada;

o Implementar nativamente 4 grupos RMON (*History, Statistics, Alarms e Events*) conforme RFC 1757;

o Possuir controle de broadcast, multicast e unicast por porta;

o Implementar os protocolos:

§ Syslog para funções de *logging* de eventos;

§ SNTP (*Simple Network Time Protocol*);

§ De autenticação para controle do acesso administrativo ao equipamento;

§ *Spanning Tree* conforme padrão IEEE 802.1d;

§ Padrão IEEE 802.1w (*Rapid Spanning Tree*).

o Implementar;

§ Controle de acesso por porta (IEEE 802.1x);

§ Listas de controle de acesso (ACLs) baseadas em endereço IP de origem e destino, portas TCP e UDP de origem e destino e endereços MAC de origem e destino;

§ Pelo menos 08 (oito) filas de saída por porta;

§ Classificação, marcação e priorização de tráfego baseada nos valores de classe de serviço do *frame ethernet* (IEEE 802.1p CoS);

§ Classificação, marcação e priorização de tráfego baseada nos valores do campo "*Differentiated Services Code Point*" (DSCP) do cabeçalho IP, conforme definições do IETF;

§ Classificação de tráfego baseada em endereço IP de origem/destino, portas TCP e UDP de origem e destino, endereços MAC de origem e destino;

o Funcionalidades de camada 2:

§ VLAN;

§ *Spanning Tree*;

§ LANs Virtuais (VLANs) conforme definições do padrão IEEE 802.1Q;

01

Unid.

481771

05

15

§ Permitir a criação de no mínimo 4.000 VLANs ativas baseadas em portas;

§ Permitir a criação de subgrupos dentro de uma mesma VLAN com conceito de portas “isoladas” e portas “promíscuas”, de modo que portas “isoladas” não se comuniquem com outras portas “isoladas”, mas tão somente com as portas “promíscuas” de uma dada VLAN;

§ VLANs dinâmicas. Deve permitir a criação, remoção e distribuição de VLANs de forma dinâmica através de portas configuradas como tronco IEEE 802.1Q;

§ *Port Trunking* conforme padrão IEEE 802.3ad;

§ Mecanismo de proteção da *root bridge* do algoritmo *Spanning Tree* para prover defesa contra ataques do tipo *Denial of Service* no ambiente nível 2;

o Deve permitir a suspensão de recebimento de BPDUs (*Bridge Protocol Data Units*) caso a porta esteja colocada no modo *forwarding* (conforme previsto no padrão IEEE 802.1w). Sendo recebido um BPDU, neste tipo de porta, deve ser possível desabilitá-la automaticamente;

· Instalação e configuração dos switches

o Conexão da fonte de alimentação elétrica;

o Criação da Rede LAN e Rede SAN;

o Instalação, configuração e atualização da última versão do Firmware;

o Configuração da rede de gerência;

o Configuração de sincronismo de hora com servidor NTP;

o Configurar usuários com privilégios administrativos;

o Configurar formas de gerenciamento (Web, Telnet, SSH e Console);

o Configuração de SNMP para monitoramento;

o Configuração de VLAN's, baseando-se no planejamento;

o Configuração de *Trunk*;

o Configuração de ACLs, caso necessário;

o Configuração do roteamento estático/dinâmico, se necessário;

o Configuração das interfaces de roteamento;

o Habilitar Jumbo Frame, se necessário;

o Configuração de *Link Aggregation*;

o Configuração de módulo de empilhamento;

o Configuração de DHCP *Relay*, se necessário;

o Por se tratar de uma atualização de parte de uma infraestrutura já existente, em operação normal, é imprescindível que esta contratação garanta compatibilidade total com os equipamentos de rede já instalados. Essa compatibilidade deve ser lógica e funcional — onde haverá comunicação entre os equipamentos por meio de protocolos de sinalização e/ou controle.

o Os switches ficarão dispostos em 3(três) pilhas, uma em cada andar da sede da DPE-RO, cada uma será interconectada aos switches core, portanto, deve ser fornecido cabos compatíveis com a solução já existente. Uma das pilhas será conectada ao switch core por interface SFP, as demais poderão ser conectadas por interfaces RJ45. Cada pilha deve conter 3(três) switches;

o A empresa fornecedora da solução deverá prover a compatibilidade aqui descrita com interoperabilidade total entre os produtos que vierem a ser adquiridos e os já instalados, garantindo a execução de todas as funcionalidades existentes, arquitetura e modos de operação entre os equipamentos.

o Deverá ser elaborada a documentação do mapa de switch;

o Deverá ser realizada documentação de todas as configurações efetuadas no ambiente;

o A instalação e configuração dos equipamentos deverão ser efetuadas em prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos a contar da data da entrega e emissão do Termo de Recebimento Provisório.

· Garantia

o Garantia de 60 (sessenta) meses a contar do recebimento definitivo do objeto;

o Se durante as manutenções for verificada a necessidade de substituição de peça e/ou componente dos equipamentos ou do equipamento inteiro, deverá ocorrer sem custo adicional para a DPE-RO;

o Em caso de substituição de equipamento defeituoso, o equipamento substituto deve ser igual ou superior, do mesmo fabricante, em características técnicas.

· Treinamento (*hands-on*)

o O treinamento será ministrado, preferencialmente, na modalidade *hands-on*, mas poderá ser realizado na modalidade EAD a depender da conveniência tratada entre as partes levando em consideração o repasse tecnológico de toda a solução implementada de switches, com todas as funcionalidades configuradas;

o Os principais tópicos abordados,

compreendendo as linhas de funcionalidades, deverão ser baseados nas configurações aplicadas ao ambiente da contratante;

o Deverão ser emitidos certificados de conclusão dos treinamentos para todos os participantes; O prazo para emissão e envio dos certificados aos alunos é de 30 (trinta) dias corridos após o término do treinamento;

o Após a realização do treinamento, será emitido um Termo de Aceite do Treinamento no prazo de 15 (quinze) dias corridos;

o Número de participantes: 3 (três);

o Carga horária mínima de 16 horas.

· **Responsabilidade Ambiental**

o Deve ser entregue certificação, obedecendo a norma do INMETRO (Portaria nº 170/2012) incluindo relatório de avaliação e ensaios para IEC 60950, IEC 61000, CISDPR 22, CISPR 24, FCC, CE;

o O modelo de equipamento deve estar em conformidade com o padrão RoHS (Restriction of Hazardous Substances), isto é, ser construído com materiais que não agridem o meio ambiente.

Switch L2 de 24 portas

· **Especificações técnicas:**

o Switch Ethernet 24 (vinte e quatro) portas 10/100/1000 UTP *auto-sensing* e conector RJ-45 com LEDs que indiquem a integridade e atividade do link, a velocidade de conexão e também o modo de operação (half/full duplex) com altura máxima de 1U.

o Deve possuir pelo menos 02 (dois) *slots* que permitam a inserção de adaptadores Gigabit Ethernet/10 Gigabit Ethernet (SFP/SFP+);

o Possuir porta de console para gerenciamento e configuração via linha de comando. O conector deve ser RJ-45, padrão RS-232 ou USB. (os cabos e eventuais adaptadores necessários para acesso à porta de console devem ser fornecidos);

o Possuir no mínimo uma matriz de comutação com 125 Gbps;

o Possuir capacidade de processamento de pelo menos 90 mpps (milhões de pacotes por segundo);

o Possuir capacidade para no mínimo 16.000 endereços MAC;

o Deve suportar as normas técnicas IEEE802.3, IEEE802.3u (100Base-TX), IEEE 802.3z (1000Base-X), IEEE 802.3ad (1000Base-T);

o Ser fornecido com configuração de CPU e memória (RAM e Flash) suficiente para implementação de todas as funcionalidades descritas nesta especificação.

o Possuir fonte de alimentação interna ao equipamento com ajuste automático de tensão 110 e

220 volts e frequência entre 50/60hz;

o O switch fornecido deve ser empilhável. O empilhamento deve ser feito através de Portas SFP+ 10 GbE ou Portas de empilhamento traseiras com cabo dedicado. A funcionalidade de empilhamento deve possuir pelo menos as seguintes características:

§ Ser possível empilhar pelo menos 04 (quatro) destes switches permitindo o gerenciamento de um único endereço IP;

§ O empilhamento deve ser feito em anel ("stack ring") para garantir que, na eventual falha de um link, a pilha continue a funcionar;

§ Deverá vir acompanhado de todos os elementos que se fizerem necessários para o empilhamento inclusive cabos (de 30 cm ou 1 m);

§ Em caso de falha do switch controlador da pilha, um controlador *backup* deve ser selecionado de forma automática, sem que seja necessária intervenção manual;

§ Deve ser possível criar uma conexão de pelo menos 20 Gbps entre os comutadores membros da pilha;

§ Oferecer a possibilidade de a pilha de switches ser gerenciada graficamente como uma entidade única;

o Deve ser montável em rack padrão de 19", sendo que deverão ser fornecidos os respectivos Kits de fixação e trilhos;

o O equipamento deve ser acompanhado de todas as licenças que se fizerem necessárias para o perfeito funcionamento de todas as funcionalidades descritas nesta especificação durante sua vida útil;

o Deve ser homologado pela ANATEL;

o Não poderão ser oferecidos produtos que, até a data do recebimento definitivo do objeto, sofreram descontinuidade ou sem suporte técnico do fabricante;

o Deve ser novo (de primeiro uso, não reconicionados, sem marcas, amassados, aranhões ou outros problemas físicos) e estar na linha atual de produção do fabricante além de estar embalado e acondicionado de forma adequada e lacrada para o transporte da origem até o destino final;

o Todos os itens e subitens desta especificação deverão ser comprovados através de catálogos, *folders* e/ou outros comprovantes, apontado a página do documento onde consta a comprovação do solicitado;

o O Gestor do Contrato emitirá Termo de Recusa em caso de verificação de erros ou impropriedades impeditivas de recebimento dos produtos; ou se os produtos forem entregues com especificações técnicas inferiores às constantes do edital e seus anexos ou na proposta técnica da

CONTRATADA;

o Caso os produtos apresentem defeito durante os procedimentos de instalação e configuração:

§ A CONTRATADA deverá promover as correções necessárias em prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos a partir da notificação/emissão do Termo de Recusa;

§ Caso o prazo do inciso anterior seja extrapolado, a CONTRATADA sujeitar-se-á às penalidades previstas neste documento.

o À DPE-RO não caberá qualquer ônus pela rejeição de produtos considerados inadequados pelo gestor.

· **Funcionalidades Gerais**

02

o Possuir uma interface de gerenciamento baseada em WEB (HTTP) que permita sua configuração e gerência através de um browser padrão;

o Deve ser gerenciável via Telnet, SSH e SSL, SNMP(v1, v2c e v3);

o Possuir imagens duplas de firmware integradas ao equipamento;

o Permitir o espelhamento de uma porta e de um grupo de portas para uma porta especificada;

o Implementar nativamente 4 grupos RMON (*History, Statistics, Alarms e Events*) conforme RFC 1757;

o Possuir controle de broadcast, multicast e unicast por porta;

o Implementar os protocolos:

§ Syslog para funções de *logging* de eventos;

§ SNTP (*Simple Network Time Protocol*);

§ De autenticação para controle do acesso administrativo ao equipamento;

§ *Spanning Tree* conforme padrão IEEE 802.1d;

§ Padrão IEEE 802.1w (*Rapid Spanning Tree*).

o Implementar:

§ Controle de acesso por porta (IEEE 802.1x);

§ Listas de controle de acesso (ACLs) baseadas em endereço IP de origem e destino, portas TCP e UDP de origem e destino e endereços MAC de origem e destino;

§ Pelo menos 08 (oito) filas de saída por porta;

§ Classificação, marcação e priorização de tráfego baseada nos valores de classe de

Unid.

484074

04

10

serviço do *frame ethernet* (IEEE 802.1p CoS);

§ Classificação, marcação e priorização de tráfego baseada nos valores do campo “*Differentiated Services Code Point*” (DSCP) do cabeçalho IP, conforme definições do IETF;

§ Classificação de tráfego baseada em endereço IP de origem/destino, portas TCP e UDP de origem e destino, endereços MAC de origem e destino;

o Funcionalidades de camada 2:

§ VLAN;

§ *Spanning Tree*;

§ LANs Virtuais (VLANs) conforme definições do padrão IEEE 802.1Q;

§ Permitir a criação de no mínimo 4.000 VLANs ativas baseadas em portas;

§ Permitir a criação de subgrupos dentro de uma mesma VLAN com conceito de portas “isoladas” e portas “promíscuas”, de modo que portas “isoladas” não se comuniquem com outras portas “isoladas”, mas tão somente com as portas “promíscuas” de uma dada VLAN;

§ VLANs dinâmicas. Deve permitir a criação, remoção e distribuição de VLANs de forma dinâmica através de portas configuradas como tronco IEEE 802.1Q;

§ *Port Trunking* conforme padrão IEEE 802.3ad;

§ Mecanismo de proteção da *root bridge* do algoritmo *Spanning Tree* para prover defesa contra ataques do tipo *Denial of Service* no ambiente nível 2;

o Deve permitir a suspensão de recebimento de BPDUs (*Bridge Protocol Data Units*) caso a porta esteja colocada no modo *forwarding* (conforme previsto no padrão IEEE 802.1w). Sendo recebido um BPDU, neste tipo de porta, deve ser possível desabilitá-la automaticamente;

- Garantia

o Garantia de 60 (sessenta) meses a contar do recebimento definitivo do objeto;

o Se durante as manutenções for verificada a necessidade de substituição de peça e/ou componente dos equipamentos ou do equipamento inteiro, deverá ocorrer sem custo adicional para a DPE-RO;

o Em caso de substituição de equipamento defeituoso, o equipamento substituto deve ser igual ou superior, do mesmo fabricante, em características técnicas.

- Responsabilidade Ambiental

o Deve ser entregue certificação,

obedecendo a norma do INMETRO (Portaria nº 170/2012) incluindo relatório de avaliação e ensaios para IEC 60950, IEC 61000, CISDPR 22, CISPR 24, FCC, CE;

o O modelo de equipamento deve estar em conformidade com o padrão RoHS (Restriction of Hazardous Substances), isto é, ser construído com materiais que não agredem o meio ambiente.

Access Point

· Características gerais

o O equipamento deve suportar os padrões IEEE 802.11a, IEEE 802.11b, IEEE 802.11g, 802.11n, 802.11ac;

o Operar em temperaturas entre 0° C e 40° C;

o O equipamento deverá suportar fonte de alimentação elétrica local, ou injetor POE compatível, que opere em AC/DC 100-240 V, bivolt, 50/60 Hz compatível com padrão brasileiro de tomadas – NBR 14136:2012;

o Apresentar funcionamento em Dual-band, dual rádio 802.11a/b/g/n/ac;

o Possibilitar configuração em modo AP, modo Bridge, ou como um AP remoto com canais de dados seguros criptografados;

o Deve possuir:

§ 2 (dois) módulos de rádios, operando simultaneamente nas frequências de 2.4GHz (dois vírgula quatro Giga Hertz) e 5GHz (cinco Giga Hertz);

§ No mínimo 1 interface padrão IEEE 802.3 10/100/1000BaseT Ethernet, auto MDI/MDX, com conector RJ-45, para conexão à rede local fixa;

§ LED indicativo de operação do dispositivo;

§ Antenas compatíveis com as frequências de rádio dos padrões IEEE 802.11a/n/ac e 802.11/b/g/n com ganho de pelo menos 3 dBi, com padrão de irradiação omnidirecional multi-banda dipolar, integradas e com no mínimo 3 transmissores e 3 receptores;

§ Potência máxima de transmissão de, no mínimo, 21dBm para protocolos padrão IEEE 802.11a/b/g/n/ac;

§ Capacidade de selecionar automaticamente o canal de transmissão;

§ Ajuste dinâmico de nível de potência e canal de rádio de modo a otimizar o tamanho da célula de RF;

§ Certificação para operar de acordo com regulamentação de telecomunicações da Anatel na ocasião da entrega do produto.

o O equipamento deverá ser entregue

com todos os acessórios necessários para seu pleno funcionamento, tais como: softwares, cabos de console (se necessário), cabos de energia elétrica ou fonte, documentação técnica e manuais (em mídia impressa ou CD-ROM) que contenham informações suficientes para possibilitar a instalação, configuração e operacionalização do equipamento;

o O equipamento deve ser acompanhado de todas as licenças que se fizerem necessárias para o perfeito funcionamento de todas as funcionalidades descritas nesta especificação durante sua vida útil;

o Não poderão ser oferecidos produtos que, até a data do recebimento definitivo do objeto, sofreram descontinuidade ou sem suporte técnico do fabricante;

o Deve ser novo (de primeiro uso, não recondicionado, sem marcas, amassados, aranhões ou outros problemas físicos) e estar na linha atual de produção do fabricante além de estar embalado e acondicionado de forma adequada e lacrada para o transporte da origem até o destino final;

o Todos os itens e subitens desta especificação deverão ser comprovados através de catálogos, *folders* e/ou outros comprovantes, apontado a página do documento onde consta a comprovação do solicitado;

o O Gestor do Contrato emitirá Termo de Recusa em caso de verificação de erros ou impropriedades impeditivas de recebimento dos produtos; ou se os produtos forem entregues com especificações técnicas inferiores às constantes do edital e seus anexos ou na proposta técnica da CONTRATADA;

o À DPE-RO não caberá qualquer ônus pela rejeição de produtos considerados inadequados pelo gestor.

· Garantia

o Garantia de 60 (sessenta) meses a contar do recebimento definitivo do objeto;

o Se durante esse período for verificada a necessidade de substituição de peça e/ou componente dos equipamentos ou do equipamento inteiro, deverá ocorrer sem custo adicional para a DPE-RO;

o Em caso de substituição de equipamento defeituoso, o equipamento substituto deve ser igual ou superior, do mesmo fabricante, em características técnicas.

· Administração e configurações

o O equipamento deve permitir administração total (configuração, atualizações de software/firmware, reinicializações e demais funções necessárias à sua correta e completa operação);

o Permitir a atualização remota do sistema operacional e arquivos de configuração utilizados no equipamento;

03

Unid.

481197

05

15

o Não restringir o número de usuários por AP devido a licenciamento de software;

o Permitir a configuração e gerenciamento através de browser padrão (http, https);

o Fornecer, preferencialmente, gerenciamento centralizado e relatórios;

o O ponto de acesso deve suportar operação por controladora centralizada e também operação em modo autônomo;

o Deve possuir capacidade de monitoramento via protocolo SNMP versões 2 e 3 (v2 e v3) nativamente;

o Deve permitir a formação de conjuntos de pontos de acesso que se comuniquem e compartilhem das mesmas configurações (*Clusters*);

· **Segurança**

o Detecção simultânea de falsos AP's (*Rogue Access Points*), monitoramento e controle (supressão);

o Permitir habilitar e desabilitar a divulgação do SSID;

o Possuir mecanismos de detecção e bloqueio de intrusos no ambiente através do sistema de monitoração e controle de RF;

o Possuir criptografia do tráfego local;

o Possuir diferentes tipos de combinações de encriptação/autenticação por SSID;

o Suportar a autenticação com geração dinâmica de chaves criptográficas por sessão e por usuário;

o Possuir WEP, chaves estáticas e dinâmicas (40 bits e 128 bits);

o Possuir WPA com algoritmo de criptografia TKIP;

o Possuir WPA2;

o Possuir Privacidade Intra-SSID para Hotspot.

o Possuir capacidade para configuração de múltiplos SSID's - pelo menos 2 - e VLAN's com métodos de autenticação e criptografia independentes entre si.

· **Capacidade**

o Fornecer no mínimo 300 Mbps/Radio *d e throughput wireless* com segurança de nível empresarial;

o Permitir simultaneamente usuários configurados nos padrões IEEE 802.11b/g/n e 802.11a/n/ac com MU-MIMO;

o Deve suportar a tecnologia MU-MIMO 4x4:4 pelo menos na frequência de 5 Ghz;

o Operar na modulação OFDM;

	<p>o Possuir as seguintes taxas de transmissão com <i>fallback</i> automático:</p> <p>§ IEEE 802.11 b: 11; 5,5; 2 e 1 Mbps;</p> <p>§ IEEE 802.11 a/g: 54, 48, 36, 24, 18, 12, 9 e 6 Mbps;</p> <p>§ IEEE 802.11n: no mínimo MCS23 (MCS0 até MCS23) para 2.4GHz e 5GHz;</p> <p>§ 802.11ac: 6.5 até 865, no mínimo MCS9 (MCS0 até MCS9);</p> <p>§ 802.11n high-throughput (HT) support: HT 20/40 para 5GHz;</p> <p>§ 802.11ac support: HT 20/40/80;</p> <p>o Implementar a pilha de protocolos TCP/IP;</p> <p>o Possuir cliente DHCP, para configuração automática de rede.</p>				
04	<p>Organizador de cabos em espiral (spiraduto) de ½"</p> <ul style="list-style-type: none"> · Cor: Preta · Dimensões: diâmetro interno 9,80 mm, diâmetro externo 12,00 mm, diâmetro máximo 38,10 mm x 40 m ou mais de comprimento · Composição: Polietileno · Comprimento: 50 m 	Rolo	443474	10	50
05	<p>Organizador de cabos em espiral (spiraduto) de ¼"</p> <ul style="list-style-type: none"> · Cor: Preta · Dimensões: diâmetro interno 4,60 mm, diâmetro externo 6,40 mm, diâmetro máximo 19,50 mm x 40 m ou mais de comprimento · Composição: Polietileno · Comprimento: 50 m 	Rolo	356304	10	50
06	<p>Abraçadeira de velcro</p> <ul style="list-style-type: none"> · Cor: Preta · Comprimento total: 3 m · Largura: 20 mm 	Rolo	356628	10	50
07	<p>Abraçadeira de nylon</p> <ul style="list-style-type: none"> · Cor: Preta · Pacote com 100 unidades · Dimensões: 155 x 4,8 mm 	Pct.	481145	10	100
08	<p>Abraçadeira de nylon</p> <ul style="list-style-type: none"> · Cor: Preta · Pacote com 100 unidades · Dimensões: 200 x 4,8 mm 	Pct.	481145	10	100

09	Abraçadeira de nylon <ul style="list-style-type: none"> · Cor: Preta · Pacote com 100 unidades · Dimensões: 280 x 4,8 mm 	Pct.	481145	10	100
10	Abraçadeira de nylon <ul style="list-style-type: none"> · Cor: Preta · Pacote com 100 unidades · Dimensões: 390 x 4,8 mm 	Pct.	481145	10	100
11	Abraçadeira de nylon <ul style="list-style-type: none"> · Cor: Preta · Pacote com 100 unidades · Dimensões: 390 x 7,6 mm 	Pct.	481145	10	100
12	Soprador de ar <ul style="list-style-type: none"> · Dimensões (CxLxA): 479 x 185 x 178 mm ou superior · Peso máximo: 2,5 kg · Tensão de alimentação: 110 V · Potência nominal mínima: 100 W 	Unid.	313365	02	04
13	Kit manutenção computador <ul style="list-style-type: none"> · Composição mínima: 01 (uma) maleta/bolsa, 01 (uma) pinça, 01 (uma) chave teste, 01 (um) extrator com três garras, 01 (uma) chave TORX T15, 02 (duas) chaves Philips 1 0, 02 (duas) chaves de fenda, sendo uma 3/16"" e outra de 1/8"", 02 (duas) chaves canhão, sendo uma de 3/16"" e outra de 1/4"", 01 (um) alicate bico meia-cana 5"" com mola 	Unid.	260851	02	05

14	<p>Rotulador eletrônico portátil profissional</p> <ul style="list-style-type: none"> · Resolução mínima de Impressão: 180 dpi · Tecnologia da Impressão: Transferência térmica · Largura das Etiquetas (mm): Compatível com 6.4 mm a 18 mm (ou superior) · Largura da Impressão: Até, mas não limitada a 16 mm · Memória mínima: 5MB · Formato de Etiquetas Suportado: Contínuo · Tela iluminada: Sim · Tamanho do Texto: 6pt a 40pt, com dimensionamento automático · Número mínimo de linhas impressas: 4 · Orientação da Impressão: Horizontal e vertical · Portátil: Sim · Tipos de Materiais: Etiquetas autolamináveis e autocolantes para Fios e Cabos · Aplicações: Etiquetas básicas e contínuas para fios e cabos, painéis, equipamentos de comunicação de dados · Alimentação: Compatível com bateria recarregável e substituível de Íon Lítio (Inclusa) e pilhas, Adaptador AC (110, 220V) · Garantia mínima: 1 ano 	Unid.	311028	01	03
15	<p>Pasta térmica</p> <ul style="list-style-type: none"> · Cor: Branca · Peso: Mínimo 15 g · Componente Básico: Silicone de alto peso molecular · Solubilidade: 0,04g/100 mL · Condutividade Térmica: 0,4 w/mk 	Unid.	461526	02	10
16	<p>Limpa contato</p> <ul style="list-style-type: none"> · Cor: Incolor · Embalagem: 300 ml · Aspecto: Líquido premido 	Unid.	410257	02	10
17	<p>Testador de fonte</p> <ul style="list-style-type: none"> · Compatível com fonte ATX · Visor: LCD de 2" · Teste tensões de: +12V, -12V, +5V, -5V, +3,3V e 5V 	Unid.	473561	02	04

18	<p>Kit de limpeza para impressora Fargo/DTC 1250e</p> <ul style="list-style-type: none"> · Kit de Limpeza para impressora de crachás: Fargo DTC400, C50, DTC1000, DTC1250e , DTC4000, DTC4250e, DTC4500e e DTC4500. · Conteúdo: 2 Canetas de Limpeza para Cabeça de Impressão + 10 Lenços Umedecidos + 10 Cartões de Limpeza 	Unid.	605342	02	01
19	<p>Graxa de silicone para engrenagens</p> <ul style="list-style-type: none"> · Base: Silicone · Solubilidade em água: Insolúvel · Ponto de gota: Inexistente · Peso mínimo: 50 g 	Unid.	454606	01	04
20	<p>Graxa para película fusor teflon</p> <ul style="list-style-type: none"> · Composição: Cerâmica · Peso mínimo: 20 g 	Unid.	315900	01	04
21	<p>Álcool isopropílico</p> <ul style="list-style-type: none"> · Cor: Incolor · Composição: Isopropanol · Variação mínima: 90% · Quantidade mínima: 1.000 ml 	Unid.	392302	02	10
22	<p>Conector RJ45 passagem EZ Crimp - Cat6</p> <ul style="list-style-type: none"> · Cabos adequados: 8 posições, 8 contatos tipo Pass Through plugue de dados para cabo sólido ou trançado e suporta cabo de rede redondo ou plano de 23 a 26 AWG · Contatos: banhados a ouro · Bitola: 23 a 26 AWG. · Modelo Cabo: Cat6 	Unid.	448853	500	2.000
23	<p>Alicate de Crimpar RJ45 EZ de Passagem</p> <ul style="list-style-type: none"> · Características Técnicas de Categoria: 6 U/UTP · Composto por apenas uma peça - não precisa de alinhador nem de separador · Proporciona facilidade e agilidade na montagem · Corpo em termoplástico de alto impacto não propagar à chama UL 94V-2 · Vias de contato produzidas em bronze fosforoso com camadas de 2,54 micrômetros de níquel e 1,27 micrômetros de ouro · Compatível com os padrões de montagem T568A e T568B · Contatos adequados para condutores sólidos 	Unid.	363140	02	05

3.2. O(s) material(is) deverão ser novos, não reconicionados, de primeiro uso e não deverão conter marcas, amassados, arranhões ou outras avarias, deverão ser entregues em pleno estado de funcionamento.

3.3. O objeto será fornecido **parceladamente**.

3.4. O(s) material(is) a ser(em) adquirido(s) enquadrar-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520/2002, posto que detêm especificações técnicas conhecidas e usualmente utilizadas no mercado, não havendo grandes variações qualitativas que demandem análise específica e diferenciada do particular que pretende contratar com a Administração.

4. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DA ENTREGA:

4.1. O(s) material(is) deverá(ão) ser entregue(s) no prazo de até **30 (trinta) dias corridos**, exceto para os itens 01, 02 e 03 que será de **30 (trinta) dias úteis**, após o recebimento da Nota de Empenho, que será encaminhada à(s) Contratada(s) via e-mail informado na proposta.

4.1.1. Os prazos para adimplemento das obrigações consignadas no presente Instrumento Convocatório admitem prorrogação nos casos e condições especificados no art. 57, §1º, da Lei nº 8.666/1993, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, ser fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

4.2. O(s) material(is) deverá(ão) ser entregue(s) no **Departamento de Almoarifado e Patrimônio**, situado na **Av. Gov. Jorge Teixeira de Oliveira, nº 1722 - Bairro Embratel - CEP: 76.820-846 - Porto Velho - RO**, de segunda a sexta-feira das 07h30min às 13h30min.

4.3. A entrega do(s) material(is) deverá ser informada com no mínimo **02 (dois) dias** de antecedência.

5. DO RECEBIMENTO

5.1. O recebimento do(s) material(is) se dará(ão) da seguinte forma:

5.1.1. Provisoriamente, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, mediante termo de recebimento provisório (**Anexo A**) emitido por servidor(a) do Departamento de Almoarifado e Patrimônio para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com a especificação que ficará a cargo da **Comissão de Recebimento** ou **Fiscal do Contrato**.

5.1.1.1. A conferência do(s) material(is) será realizada com base na lista dos materiais descritos na(s) Nota(s) Fiscal(is) a ser(em) fornecida no ato da entrega, detalhando claramente todas as partes integrantes do(s) material(is). Este detalhamento não poderá ser feito por códigos, e sim pela descrição de cada material e/ou equipamento, com a respectiva quantidade.

5.1.2. Definitivamente, após, constatada a qualidade e quantidade do objeto pela **Comissão de Recebimento** ou **Fiscal da Ata/Contrato**, mediante Termo de Recebimento Definitivo (**Anexo B**).

5.1.3. O recebimento definitivo deverá ocorrer no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento provisório, observadas as condições acima.

5.1.4. É facultada a presença da(s) Contratada(s) durante todo o procedimento de recebimento definitivo do(s) material(is).

5.1.5. A(s) licitante(s) vencedora(s) será(ão) responsável(is) pelo transporte e despesas com carga e descarga dos objetos deste termo até a entrega nas dependências da DPE/RO.

5.1.6. O(s) volume(s) contendo o(s) material(is) deverá(ão) estar identificado(s) externamente com os dados constantes da(s) Nota(s) Fiscal(is), na qual deverá(ão) constar necessariamente o número de série de todo(s) o(s) material(is) que estiver(em) sendo entregue(s).

5.1.7. Aceito(s) o(s) material(is), será procedido o atesto na(s) Nota(s) Fiscal(is), autorizando o pagamento.

5.1.8. O(s) material(is) poderá(ão) ser rejeitado(s), no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste termo e na proposta, devendo ser substituídos em um prazo não superior a **20 (vinte) dias corridos**, às custas da(s) Contratada(s), a contar da sua notificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.1.9. Caso o objeto seja REJEITADO, o termo de recebimento provisório perderá todos os efeitos jurídicos, inclusive o de purgação de eventual mora contratual.

5.1.10. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do(s) material(is), nem ético-profissional pela perfeita execução, dentro dos limites estabelecidos pela Lei ou pelo Instrumento Contratual.

5.1.11. Em conformidade com o art. 76 da Lei nº 8.666/1993, se no recebimento do objeto for constatada sua execução de forma incompleta ou em desacordo com as condições avençadas, será interrompido o prazo de recebimento definitivo, até que seja sanada a situação, nos termos do art. 69 da lei supramencionada.

5.1.12. Em caso de dúvida sobre a autenticidade do(s) material(is), a(s) Contratada(s) se compromete(m) a arcar com os custos dos testes de originalidade, a serem realizados nos laboratórios dos próprios fabricantes, ou não sendo possível, em outro escolhido de comum acordo entre as partes.

6. DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

6.1. O prazo de garantia total do material (garantia legal e garantia contratual), será de, no mínimo, **12 (doze) meses**, exceto os itens 01, 02 e 03 que será de **60 (sessenta) meses**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

6.2. A garantia será prestada com vistas a manter os materiais fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

6.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

6.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

6.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

6.6. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até **10 (dez) dias úteis**, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.

6.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

6.8. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

6.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

6.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

6.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

7. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

7.1. A empresa fornecedora deverá ter pleno conhecimento e se responsabilizar pelo trabalho seguro de pessoas envolvidas com o manuseio de ferramentas, instrumentos, equipamentos e inflamáveis, conforme legislação em vigor. Além disso, deverá se responsabilizar por ações e/ou omissões sobre os resíduos e rejeitos sólidos, líquidos e derivados, nos locais das manutenções, removendo e destinando-os aos locais próprios.

7.2. Os equipamentos e materiais deverão atender aos requisitos de segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética, bem como apresentar baixo nível de ruído em operação.

7.3. Acrescente-se que a abertura de chamados técnicos e encaminhamentos de demandas deverão ser realizados, preferencialmente, sob a forma eletrônica, evitando-se a impressão de papel. Além disso, as configurações de hardware e software deverão ser realizadas visando alto desempenho com a utilização racional de energia

8. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1. DA(S) CONTRATADA(S):

8.1.1. Fornecer o(s) material(is) de acordo com as especificações técnicas e as condições estabelecidas, mantendo-o(s) sempre em perfeita ordem, arcando com os ônus necessários à completa entrega do(s) material(is), se necessário substituir todo e qualquer material não aprovado pela Contratante, sem qualquer ônus adicional, bem como assumir inteira responsabilidade pela entrega do(s) material(is) que fornecer.

8.1.2. Cumprir todos os prazos estipulados para entrega do(s) material(is), substituindo-os ou corrigindo-os, às suas custas, no total ou em parte, nos prazos fixados, quando se verificarem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções.

8.1.3. Prover todos os meios necessários à garantia do fornecimento, inclusive considerados os casos de greves ou paralisação de qualquer natureza.

8.1.4. Entregar o(s) material(is) dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações exigidas pela boa técnica.

8.1.5. Comunicar imediatamente à Contratante qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras essências para recebimento de correspondência.

8.1.6. Arcar com as despesas com embalagem, seguro e transporte do(s) material(is) até o local de entrega.

8.1.7. Comunicar imediatamente à Contratante, por escrito, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a entrega do(s) material(is), para adoção de medidas cabíveis.

8.1.8. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas neste instrumento.

8.1.9. Manter durante toda a vigência da Ata/Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.1.10. Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, bem, ainda, assegurar os direitos, inclusive quanto aos preços praticados.

8.1.11. Fornecer e utilizar, sob sua inteira responsabilidade, a competente e indispensável mão de obra habilitada, selecionada e necessária, atendidas, sempre e regularmente, todas as exigências legais pertinentes, como ônus trabalhistas, encargos sociais, tributos, indenizações e seguro contra acidentes.

8.1.12. Responder pelas despesas resultantes e de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos.

8.1.13. Responsabilizar-se, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da entrega do(s) material(is), tais como salários, seguro contra acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vales-transportes, vales-refeições e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.

8.1.14. Responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Contratante.

8.1.15. Reparar, ou quando isto for impossível, indenizar por danos materiais e/ou pessoais decorrentes de erro na entrega do(s) material(is), objeto do presente termo, que sobrevenha em prejuízo da Contratante ou de terceiros, sem quaisquer ônus para a Contratante.

8.1.16. Providenciar a identificação individual de seus empregados que transitem nas dependências da Contratante, quando em atividade na execução do objeto contratado, através de uniforme e/ou crachá.

8.1.17. Garantir a titularidade de todo e qualquer direito de propriedade industrial envolvido nos bens e peças, assumindo a responsabilidade por eventuais ações e/ou reclamações, de modo a assegurar a Contratante a plena utilização dos bens adquiridos ou a respectiva indenização.

8.1.18. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

8.1.19. Reconhecer os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa nas situações prevista no art. 78 da Lei nº 8.666/1993.

8.1.20. Atender prontamente às exigências da DPE/RO inerentes ao objeto da Ata/Contrato.

8.1.21. Abster-se, qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades deste objeto, sem prévia autorização da Contratante.

8.1.22. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela DPE/RO.

8.2. DA CONTRATANTE:

8.2.1. Acompanhar e fiscalizar a entrega do(s) objeto(s) deste termo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de fatos que, a seu critério, exijam a adoção de medidas por parte da(s) Contratada(s).

8.2.2. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela(s) Contratada(s).

8.2.3. Proporcionar todas as facilidades para que a(s) Contratada(s) possa(m) cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais.

8.2.4. Pagar a(s) Contratada(s) o valor resultante do fornecimento do(s) material(is), na forma estabelecida neste termo.

8.2.5. Notificar a(s) Contratada(s), por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no(s) material(is) entregue(s), para que seja(m) substituído(s) ou corrigido(s).

8.2.6. Indicar os locais e horários em que deverá (ão) ser entregue(s) o(s) material(is).

8.2.7. Permitir aos empregados da(s) Contratada(s) acesso ao local da entrega, observadas as normas de segurança.

8.2.8. Comunicar às autoridades irregularidades ocorridas e atos ilícitos cometidos pela(s) Contratada(s).

8.2.9. Reter créditos e aplicar as penalidades cabíveis previstas na legislação, em casos de irregularidades constatadas na execução do objeto deste instrumento.

8.2.10. Assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado pelos demais fornecedores, objeto deste instrumento, de forma a garantir que continuem sendo os mais vantajosos.

8.2.11. Realizar rigorosa conferência das características do(s) material(is) entregue(s), pelos agentes designados, somente atestando os documentos da despesa quando comprovada a entrega total, fiel e correta do objeto contratado, ou de parte da entrega a que se referirem.

8.2.12. Prestar às informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela(s) Contratada(s).

8.2.13. Rejeitar, no todo ou em parte, o(s) material(is) que a(s) Contratada(s) entregar(em) fora das especificações.

9. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado em **parcela única**, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela(s) Contratada(s), no prazo máximo de até **30 (trinta) dias**, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura.

9.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. Será efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e resoluções vigentes, observada ainda a exigibilidade da ordem cronológica de pagamentos.

9.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.

9.4. Havendo erro na(s) Nota(s) Fiscal(is) ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela(s) será(ão) devolvida(s) e o pagamento ficará pendente até que a licitante vencedora providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese a DPE/RO poderá pagar apenas a parcela não controvertida com as devidas justificativas (neste caso a DPE/RO terá um prazo de **05 (cinco) dias** a partir do recebimento, para efetuar a análise e o pagamento).

9.4.1. Na hipótese de haver irregularidades no cumprimento das obrigações da(s) Contratada(s), a DPE/RO reterá os créditos a que aquela teria direito, até o limite do valor dos prejuízos causados à Administração, sem prejuízo das penalidades aplicáveis previstas nos arts. 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/1993.

9.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.6. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação

financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

9.7. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo para pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que regularizados.

9.8. Ocorrendo atraso no pagamento, desde que a(s) Contratada(s) não tenha(m) concorrido, de alguma forma, para o atraso, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referenciada e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada com a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,000164384, assim apurado:

$$I = (TX)/365 \quad I = \{(6/100)/365\} \quad I = 0,000164384$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

10. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS

10.1. O valor orçado para a pretensa aquisição **constará** de Planilha Mercadológica elaborada pelo **Departamento de Aquisição**, elaborada com base em preços obtidos no painel de preços, contratos e atas de registro de preços firmados por órgãos públicos, disponibilizados em suas páginas na internet ou em bancos de preços, sítios eletrônicos especializados e orçamentos recebidos de fornecedores diretos.

11. SISTEMA ORÇAMENTÁRIO

11.1. Os recursos orçamentários para dar cobertura à realização da despesa estão previstos na Lei Orçamentária Anual - LOA exercício **2023**, na dotação abaixo discriminada:

11.1.1. Unidade Orçamentária: 30.011 - Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado de Rondônia - FUNDEP.

11.1.2. Programa de Trabalho: 30.011.03.126.2046.1096 e 30.011.03.122.2046.2182.

11.1.3. Fonte de Recurso: 1759008030.

11.1.4. Natureza da Despesa: 4.4.90.52 e 3.3.90.30.

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. A(s) Contratada(s) que, sem justa causa, não cumprir(em) as obrigações assumidas ou infringir(em) os preceitos legais (ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e comprovados), aplicar-se-ão as seguintes penalidades, conforme a natureza e gravidade da falta cometida e sem prejuízo de outras sanções pertinentes à espécie:

I. Advertência.

II. Multa moratória, nos seguintes percentuais:

a) No atraso injustificado da entrega do objeto contratado, ou por ocorrência de descumprimento contratual, 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do empenho, limitado a 10% (dez por cento);

b) Nas hipóteses em que o atraso injustificado no adimplemento das obrigações seja medido em horas, aplicar-se-á mora de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por hora sobre o valor total do empenho, limitado a 10% (dez por cento);

c) No caso de atraso injustificado na substituição do objeto, 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor do empenho, incidência limitada a 10 (dez) dias;

d) Na hipótese de atraso injustificado na substituição do objeto, superior a 10 (dez) dias, 8% (oito por cento) sobre o valor do empenho;

e) Em caso de reincidência no atraso de que tratam as letras “a”, “b” e “c” quando da ocorrência do 3º (terceiro) atraso, poderá ser aplicada sanção mais grave prevista no subitem III deste item, concomitantes e sem prejuízo de outras cominações;

f) Caso a multa a ser aplicada ultrapasse os limites fixados nas letras “a” e “b”, poderá ser aplicada sanção mais grave prevista no subitem III deste item, concomitantes e sem prejuízo de outras cominações.

III. Multa contratual, por inadimplemento absoluto das obrigações, nos seguintes percentuais:

a) Pelo descumprimento total, 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado;

b) Pelo descumprimento parcial, até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, levando em consideração para fixação do valor final, a relevância da parcela inadimplida - aplicável apenas em hipóteses excepcionais, devidamente fundamentadas;

c) Caracteriza-se como inadimplemento absoluto, descumprimento total, a hipótese da empresa se recusar a formalizar o contrato no prazo estabelecido pela Contratante.

IV. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, prevista no art. 87, inc. III, da Lei 8.666/1993, por prazo não superior a 2 (dois) anos, aplicado conforme a gravidade das faltas cometidas.

V. Impedimento de Licitar e Contratar com o Estado de Rondônia e descredenciamento do SICAF, previsto no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, aplicado conforme a gravidade das faltas cometidas.

VI. Declaração de Inidoneidade Para Licitar e Contratar com a Administração Pública, prevista no art. 87, inc. IV, da Lei nº 8.666/1993.

12.2. Incidirá também na sanção prevista no subitem V acima a licitante que deixar de enviar os documentos necessários à sua habilitação ou, quando for o caso, a nova Planilha de Custos e Formação de Preços por meio eletrônico, com os valores readequados ao lance vencedor.

12.3. A sanção prevista no subitem I será aplicada pelo fiscal do contrato, as sanções dos subitens II e III serão aplicadas pelo(a) chefe da Diretoria Administrativa e as sanções dos subitens IV, V e VI será aplicada pelo Defensor Público-Geral do Estado.

12.4. No processo de aplicação de sanções, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, facultada a defesa prévia ao interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação para as sanções previstas nos subitens I, II e III acima e de 10 (dez) dias para a dos subitens IV, V e VI.

12.5. As sanções serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF. Nos casos previstos nos incisos IV, V e VI, serão, também, incluídas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP, sem prejuízo das multas previstas neste Termo de Referência e das demais cominações legais.

12.6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a(s) Contratada(s) fizer(em) jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da(s) Contratada(s), o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

12.7. As sanções previstas nos subitens acima poderão ser aplicadas separada ou conjuntamente.

12.8. As sanções descritas também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

13. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

13.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993 e Regulamento nº 021/2018/DPG/DPE/RO, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

13.2. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da(s) Contratada(s), inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material(is) inadequado(s) ou de qualidade(s) inferior(es), e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/1993.

13.3. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com

a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

14. CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DA PROPOSTAS

14.1. As propostas deverão ser apresentadas de forma clara e objetiva, em conformidade com o instrumento convocatório, devendo conter todos os elementos que influenciam no valor final da contratação, detalhando os preços unitários e o valor global da proposta;

14.2. A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contida, assumindo o proponente o compromisso de fornecer o objeto contratado, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo quando requerido pela DPE/RO, suas substituições.

14.3. No preço ofertado estarão incluídos também os custos indiretos sobre o fornecimento do objeto, tais como: seguros de acidentes, taxas, impostos, contribuições sociais, indenizações, etc., inclusive despesas com transporte para entregas no local indicado no presente Termo de referência.

14.4. Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO**, com adjudicação **por item**.

15. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

15.1. Por tratar-se de aquisição que não envolve maior complexidade, torna-se desproporcional o cumprimento de requisitos muito elaborados. Portanto, na presente contratação as exigências limitam-se à comprovação tão somente à regularidade fiscal, jurídica, trabalhista e apresentação de Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, nos termos da Lei nº 8.666/1993.

16. CONSIDERAÇÕES FINAIS

16.1. Fica vedada a transferência, no todo ou em parte, da execução da contratação.

16.2. Subcontratação do objeto, pela simplicidade de sua execução, também se encontra vedada.

16.3. As comunicações oficiais referentes à presente contratação poderão ser realizadas através de correio eletrônico corporativo, reputando-se válidas as enviadas em correio eletrônico (e-mail) incluído na proposta ou documentos apresentados pela empresa.

16.4. A ciência do ato será a data de confirmação da leitura do seu teor pelo destinatário, sendo considerada válida, na ausência de confirmação, a comunicação na data do término do prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data do seu envio.

Porto Velho - RO, na data da assinatura eletrônica.

Ricardo José Gouveia Carneiro
Diretor de Tecnologia da Informação

ANEXO - A TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

IDENTIFICAÇÃO:

Contrato nº:	Vigência do Contrato:
Contratada:	Prazo:
Objeto:	

Valor do contrato:	Fiscal:
---------------------------	----------------

Atestamos o recebimento provisório do objeto a que se refere o contrato em epígrafe, nos termos indicados abaixo:

Condições de recebimento

<p>1- A obrigação foi cumprida:</p> <p><input type="checkbox"/> No prazo</p> <p><input type="checkbox"/> Fora do prazo (Data ____/____/____)</p> <p><input type="checkbox"/> Integralmente</p> <p><input type="checkbox"/> Parcialmente, tendo em vista o seguinte:</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>	<p>2 - Foi entregue:</p> <p><input type="checkbox"/> Na quantidade exigida</p> <p><input type="checkbox"/> Em quantidade irregular</p> <p><input type="checkbox"/> Outras observações:</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>
--	---

Porto Velho-RO, ____ de _____ de 20__.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Nome Completo

Cargo

De acordo:

NOME DA EMPRESA

Nome Completo

Representante legal da empresa

ANEXO - B

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

IDENTIFICAÇÃO:

Contrato nº:	Vigência do Contrato:
Contratada:	Prazo:
Objeto:	
Valor do contrato:	Fiscal:

Pelo presente, declaramos, em caráter definitivo, a fiel e perfeita execução do objeto a que se refere o instrumento acima identificado, emitindo o presente **TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO**, com eficácia liberatória de todas as obrigações do contratado, exceto as garantias legais (art. 73, § 2º, da Lei

nº 8.666/1993), bem como autorizamos a restituição de todas as garantias e/ou caução prestadas.

Observações: _____

Porto Velho-RO, _____ de _____ de 20__.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Nome Completo

Cargo

De acordo:

NOME DA EMPRESA

Nome Completo

Representante legal da empresa

ANEXO - C

FORMULÁRIO DE COTAÇÃO DE PREÇOS

Processo nº 3001.104933.2022

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais de rede de comunicação de dados para atender a Defensoria Pública do Estado de Rondônia.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	MARCA/MODELO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
	<p>Switch L2 de 48 portas</p> <p>Especificações técnicas:</p> <ul style="list-style-type: none">o Switch Ethernet 48 (quarenta e oito) 10/100/1000 UTP <i>auto-sensing</i> e conector RJ-45 com LEDs que indiquem a integridade e atividade do link, a velocidade de conexão e também o modo de operação (half/full duplex) com altura máxima de 1U.o Deve possuir pelo menos 02 (dois) <i>slots</i> que permitam a inserção de adaptadores Gigabit Ethernet/10 Gigabit Ethernet (SFP/SFP+);o Possuir porta de console para gerenciamento e configuração via linha de comando. O conector deve ser RJ-45, padrão RS-232 ou USB. (os cabos e eventuais adaptadores necessários para acesso à porta de console devem ser fornecidos);					

o Possuir no mínimo uma matriz de comutação com 176 Gbps;

o Possuir capacidade de processamento de pelo menos 100 mpps (milhões de pacotes por segundo);

o Possuir capacidade para no mínimo 16.000 endereços MAC;

o Deve suportar as normas técnicas IEEE802.3, IEEE802.3u (100Base-TX), IEEE 802.3z (1000Base-X), IEEE 802.3ad (1000Base-T);

o Ser fornecido com configuração de CPU e memória (RAM e Flash) suficiente para implementação de todas as funcionalidades descritas nesta especificação.

o Possuir fonte de alimentação interna ao equipamento com ajuste automático de tensão 110 e 220 volts e frequência entre 50/60hz;

o O switch fornecido deve ser empilhável. O empilhamento deve ser feito através de Portas SFP+ 10 GbE ou Portas de empilhamento traseiras com cabo dedicado. A funcionalidade de empilhamento deve possuir pelo menos as seguintes características:

§ Ser possível empilhar pelo menos 04 (quatro) destes switches permitindo o gerenciamento de um único endereço IP;

§ O empilhamento deve ser feito em anel (*stack ring*) para garantir que, na eventual falha de um link, a pilha continue a funcionar;

§ Deverá vir acompanhado de todos os elementos que se fizerem necessários para o empilhamento inclusive cabos (de 30 cm ou 1 m);

§ Em caso de falha do switch controlador da pilha, um controlador *backup* deve ser selecionado de forma automática, sem que seja necessária intervenção manual;

§ Deve ser

possível criar uma conexão de pelo menos 20 Gbps entre os comutadores membros da pilha;

§ Oferecer a possibilidade de a pilha de switches ser gerenciada graficamente como uma entidade única;

o Deve ser montável em rack padrão de 19", sendo que deverão ser fornecidos os respectivos Kits de fixação e trilhos;

o O equipamento deve ser acompanhado de todas as licenças que se fizerem necessárias para o perfeito funcionamento de todas as funcionalidades descritas nesta especificação durante sua vida útil;

o Deve ser homologado pela ANATEL;

o Não poderão ser oferecidos produtos que, até a data do recebimento definitivo do objeto, sofreram descontinuidade ou sem suporte técnico do fabricante;

o Deve ser novo (de primeiro uso, não reconicionados, sem marcas, amassados, aranhões ou outros problemas físicos) e estar na linha atual de produção do fabricante além de estar embalado e acondicionado de forma adequada e lacrada para o transporte da origem até o destino final;

o Todos os itens e subitens desta especificação deverão ser comprovados através de catálogos, *folders* e/ou outros comprovantes, apontado a página do documento onde consta a comprovação do solicitado;

o O Gestor do Contrato emitirá Termo de Recusa em caso de verificação de erros ou impropriedades impeditivas de recebimento dos produtos; ou se os produtos forem entregues com especificações técnicas inferiores às constantes do edital e seus anexos ou na proposta técnica da CONTRATADA;

o Caso os produtos apresentem defeito durante os procedimentos de instalação e configuração:

§ A
CONTRATADA deverá promover as correções necessárias em prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos a partir da notificação/emissão do Termo de Recusa;

§ Caso o prazo do inciso anterior seja extrapolado, a CONTRATADA sujeitar-se-á às penalidades previstas neste documento.

o À DPE-RO não caberá qualquer ônus pela rejeição de produtos considerados inadequados pelo gestor.

· **Funcionalidades**

Gerais

o Possuir uma interface de gerenciamento baseada em WEB (HTTP) que permita sua configuração e gerência através de um browser padrão;

o Deve ser gerenciável via Telnet, SSH e SSL, SNMP(v1, v2c e v3);

o Possuir imagens duplas de firmware integradas ao equipamento;

o Permitir o espelhamento de uma porta e de um grupo de portas para uma porta especificada;

o Implementar nativamente 4 grupos RMON (*History, Statistics, Alarms e Events*) conforme RFC 1757;

o Possuir controle de broadcast, multicast e unicast por porta;

o Implementar os protocolos:

§ Syslog para funções de *logging* de eventos;

§ SNTP (*Simple Network Time Protocol*);

§ De autenticação para controle do acesso administrativo ao equipamento;

§ *Spanning Tree* conforme padrão IEEE 802.1d;

§ Padrão IEEE 802.1w (*Rapid Spanning*

01	<p>Tree).</p> <p>o Implementar;</p> <p>§ Controle de acesso por porta (IEEE 802.1x);</p> <p>§ Listas de controle de acesso (ACLs) baseadas em endereço IP de origem e destino, portas TCP e UDP de origem e destino e endereços MAC de origem e destino;</p> <p>§ Pelo menos 08 (oito) filas de saída por porta;</p> <p>§ Classificação, marcação e priorização de tráfego baseada nos valores de classe de serviço do <i>frame ethernet</i> (IEEE 802.1p CoS);</p> <p>§ Classificação, marcação e priorização de tráfego baseada nos valores do campo “<i>Differentiated Services Code Point</i>” (DSCP) do cabeçalho IP, conforme definições do IETF;</p> <p>§ Classificação de tráfego baseada em endereço IP de origem/destino, portas TCP e UDP de origem e destino, endereços MAC de origem e destino;</p> <p>o Funcionalidades de camada 2:</p> <p>§ VLAN;</p> <p>§ <i>Spanning Tree</i>;</p> <p>§ LANs Virtuais (VLANs) conforme definições do padrão IEEE 802.1Q;</p> <p>§ Permitir a criação de no mínimo 4.000 VLANs ativas baseadas em portas;</p> <p>§ Permitir a criação de subgrupos dentro de uma mesma VLAN com conceito de portas “isoladas” e portas “promíscuas”, de modo que portas “isoladas” não se comuniquem com outras portas “isoladas”, mas tão somente com as portas “promíscuas” de uma dada VLAN;</p> <p>§ VLANs dinâmicas. Deve permitir a criação,</p>	Unid.	15			
----	---	-------	----	--	--	--

remoção e distribuição de VLANs de forma dinâmica através de portas configuradas como tronco IEEE 802.1Q;

§ *Port Trunking* conforme padrão IEEE 802.3ad;

§ Mecanismo de proteção da *root bridge* do algoritmo *Spanning Tree* para prover defesa contra ataques do tipo *Denial of Service* no ambiente nível 2;

o Deve permitir a suspensão de recebimento de BPDUs (*Bridge Protocol Data Units*) caso a porta esteja colocada no modo *forwarding* (conforme previsto no padrão IEEE 802.1w). Sendo recebido um BPDU, neste tipo de porta, deve ser possível desabilitá-la automaticamente;

Instalação e configuração dos switches

o Conexão da fonte de alimentação elétrica;

o Criação da Rede LAN e Rede SAN;

o Instalação, configuração e atualização da última versão do Firmware;

o Configuração da rede de gerência;

o Configuração de sincronismo de hora com servidor NTP;

o Configurar usuários com privilégios administrativos;

o Configurar formas de gerenciamento (Web, Telnet, SSH e Console);

o Configuração de SNMP para monitoramento;

o Configuração de VLAN's, baseando-se no planejamento;

o Configuração de *Trunk*;

o Configuração de ACLs, caso necessário;

o Configuração do roteamento estático/dinâmico, se

necessário;

o Configuração das interfaces de roteamento;

o Habilitar Jumbo Frame, se necessário;

o Configuração de *Link Aggregation*;

o Configuração de módulo de empilhamento;

o Configuração de DHCP *Relay*, se necessário;

o Por se tratar de uma atualização de parte de uma infraestrutura já existente, em operação normal, é imprescindível que esta contratação garanta compatibilidade total com os equipamentos de rede já instalados. Essa compatibilidade deve ser lógica e funcional — onde haverá comunicação entre os equipamentos por meio de protocolos de sinalização e/ou controle.

o Os switches ficarão dispostos em 3(três) pilhas, uma em cada andar da sede da DPE-RO, cada uma será interconectada aos switches core, portanto, deve ser fornecido cabos compatíveis com a solução já existente. Uma das pilhas será conectada ao switch core por interface SFP, as demais poderão ser conectadas por interfaces RJ45. Cada pilha deve conter 3(três) switches;

o A empresa fornecedora da solução deverá prover a compatibilidade aqui descrita com interoperabilidade total entre os produtos que vierem a ser adquiridos e os já instalados, garantindo a execução de todas as funcionalidades existentes, arquitetura e modos de operação entre os equipamentos.

o Deverá ser elaborada a documentação do mapa de switch;

o Deverá ser realizada documentação de todas as configurações efetuadas no ambiente;

o A instalação e configuração dos equipamentos

deverão ser efetuadas em prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos a contar da data da entrega e emissão do Termo de Recebimento Provisório.

· **Garantia**

o Garantia de 60 (sessenta) meses a contar do recebimento definitivo do objeto;

o Se durante as manutenções for verificada a necessidade de substituição de peça e/ou componente dos equipamentos ou do equipamento inteiro, deverá ocorrer sem custo adicional para a DPE-RO;

o Em caso de substituição de equipamento defeituoso, o equipamento substituto deve ser igual ou superior, do mesmo fabricante, em características técnicas.

· **Treinamento**

(hands-on)

o O treinamento será ministrado, preferencialmente, na modalidade *hands-on*, mas poderá ser realizado na modalidade EAD a depender da conveniência tratada entre as partes levando em consideração o repasse tecnológico de toda a solução implementada de switches, com todas as funcionalidades configuradas;

o Os principais tópicos abordados, compreendendo as linhas de funcionalidades, deverão ser baseados nas configurações aplicadas ao ambiente da contratante;

o Deverão ser emitidos certificados de conclusão dos treinamentos para todos os participantes; O prazo para emissão e envio dos certificados aos alunos é de 30 (trinta) dias corridos após o término do treinamento;

o Após a realização do treinamento, será emitido um Termo de Aceite do Treinamento no prazo de 15 (quinze) dias corridos;

o Número de participantes: 3 (três);

o Carga horária mínima de 16 horas.

· **Responsabilidade**

<p>Ambiental</p> <p>o Deve ser entregue certificação, obedecendo a norma do INMETRO (Portaria nº 170/2012) incluindo relatório de avaliação e ensaios para IEC 60950, IEC 61000, CISDPR 22, CISPR 24, FCC, CE;</p> <p>o O modelo de equipamento deve estar em conformidade com o padrão RoHS (Restriction of Hazardous Substances), isto é, ser construído com materiais que não agridem o meio ambiente.</p>				
<p>Switch L2 de 24 portas</p> <p>Especificações técnicas:</p> <p>o Switch Ethernet 24 (vinte e quatro) portas 10/100/1000 UTP <i>auto-sensing</i> e conector RJ-45 com LEDs que indiquem a integridade e atividade do link, a velocidade de conexão e também o modo de operação (half/full duplex) com altura máxima de 1U.</p> <p>o Deve possuir pelo menos 02 (dois) <i>slots</i> que permitam a inserção de adaptadores Gigabit Ethernet/10 Gigabit Ethernet (SFP/SFP+);</p> <p>o Possuir porta de console para gerenciamento e configuração via linha de comando. O conector deve ser RJ-45, padrão RS-232 ou USB. (os cabos e eventuais adaptadores necessários para acesso à porta de console devem ser fornecidos);</p> <p>o Possuir no mínimo uma matriz de comutação com 125 Gbps;</p> <p>o Possuir capacidade de processamento de pelo menos 90 mpps (milhões de pacotes por segundo);</p> <p>o Possuir capacidade para no mínimo 16.000 endereços MAC;</p> <p>o Deve suportar as normas técnicas IEEE802.3, IEEE802.3u (100Base-TX), IEEE 802.3z (1000Base-X), IEEE</p>				

802.3ad (1000Base-T);

o Ser fornecido com configuração de CPU e memória (RAM e Flash) suficiente para implementação de todas as funcionalidades descritas nesta especificação.

o Possuir fonte de alimentação interna ao equipamento com ajuste automático de tensão 110 e 220 volts e frequência entre 50/60hz;

o O switch fornecido deve ser empilhável. O empilhamento deve ser feito através de Portas SFP+ 10 GbE ou Portas de empilhamento traseiras com cabo dedicado. A funcionalidade de empilhamento deve possuir pelo menos as seguintes características:

§ Ser possível empilhar pelo menos 04 (quatro) destes switches permitindo o gerenciamento de um único endereço IP;

§ O empilhamento deve ser feito em anel ("stack ring") para garantir que, na eventual falha de um link, a pilha continue a funcionar;

§ Deverá vir acompanhado de todos os elementos que se fizerem necessários para o empilhamento inclusive cabos (de 30 cm ou 1 m);

§ Em caso de falha do switch controlador da pilha, um controlador *backup* deve ser selecionado de forma automática, sem que seja necessária intervenção manual;

§ Deve ser possível criar uma conexão de pelo menos 20 Gbps entre os comutadores membros da pilha;

§ Oferecer a possibilidade de a pilha de switches ser gerenciada graficamente como uma entidade única;

o Deve ser montável em rack padrão de 19", sendo que deverão ser fornecidos os respectivos Kits de fixação e trilhos;

o O equipamento deve ser acompanhado de todas as

licenças que se fizerem necessárias para o perfeito funcionamento de todas as funcionalidades descritas nesta especificação durante sua vida útil;

o Deve ser homologado pela ANATEL;

o Não poderão ser oferecidos produtos que, até a data do recebimento definitivo do objeto, sofreram descontinuidade ou sem suporte técnico do fabricante;

o Deve ser novo (de primeiro uso, não recondicionados, sem marcas, amassados, aranhões ou outros problemas físicos) e estar na linha atual de produção do fabricante além de estar embalado e acondicionado de forma adequada e lacrada para o transporte da origem até o destino final;

o Todos os itens e subitens desta especificação deverão ser comprovados através de catálogos, *folders* e/ou outros comprovantes, apontado a página do documento onde consta a comprovação do solicitado;

o O Gestor do Contrato emitirá Termo de Recusa em caso de verificação de erros ou impropriedades impeditivas de recebimento dos produtos; ou se os produtos forem entregues com especificações técnicas inferiores às constantes do edital e seus anexos ou na proposta técnica da CONTRATADA;

o Caso os produtos apresentem defeito durante os procedimentos de instalação e configuração:

§ A
CONTRATADA deverá promover as correções necessárias em prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos a partir da notificação/emissão do Termo de Recusa;

§ Caso o prazo do inciso anterior seja extrapolado, a CONTRATADA sujeitar-se-á às penalidades previstas neste documento.

o À DPE-RO não caberá qualquer ônus pela rejeição de produtos considerados

02	<p>inadequados pelo gestor.</p> <p style="text-align: center;">· Funcionalidades</p> <p>Gerais</p> <ul style="list-style-type: none"> o Possuir uma interface de gerenciamento baseada em WEB (HTTP) que permita sua configuração e gerência através de um browser padrão; o Deve ser gerenciável via Telnet, SSH e SSL, SNMP(v1, v2c e v3); o Possuir imagens duplas de firmware integradas ao equipamento; o Permitir o espelhamento de uma porta e de um grupo de portas para uma porta especificada; o Implementar nativamente 4 grupos RMON (<i>History, Statistics, Alarms e Events</i>) conforme RFC 1757; o Possuir controle de broadcast, multicast e unicast por porta; o Implementar os protocolos: <ul style="list-style-type: none"> § Syslog para funções de <i>logging</i> de eventos; § SNTP (<i>Simple Network Time Protocol</i>); § De autenticação para controle do acesso administrativo ao equipamento; § <i>Spanning Tree</i> conforme padrão IEEE 802.1d; § Padrão IEEE 802.1w (<i>Rapid Spanning Tree</i>). o Implementar: <ul style="list-style-type: none"> § Controle de acesso por porta (IEEE 802.1x); § Listas de controle de acesso (ACLs) baseadas em endereço IP de origem e destino, portas TCP e UDP de origem e destino e endereços MAC de origem e destino; § Pelo menos 08 (oito) filas de saída por 	Unid.	10		
----	--	-------	----	--	--

porta;

§
Classificação, marcação e
priorização de tráfego baseada nos
valores de classe de serviço do
frame ethernet (IEEE 802.1p CoS);

§
Classificação, marcação e
priorização de tráfego baseada nos
valores do campo "*Differentiated
Services Code Point*" (DSCP) do
cabeçalho IP, conforme definições
do IETF;

§
Classificação de tráfego baseada
em endereço IP de origem/destino,
portas TCP e UDP de origem e
destino, endereços MAC de origem
e destino;

o Funcionalidades
de camada 2:

§ VLAN;

§ *Spanning*

Tree;

§ LANs
Virtuais (VLANs) conforme
definições do padrão IEEE 802.1Q;

§ Permitir a
criação de no mínimo 4.000 VLANs
ativas baseadas em portas;

§ Permitir a
criação de subgrupos dentro de
uma mesma VLAN com conceito de
portas "isoladas" e portas
"promíscuas", de modo que portas
"isoladas" não se comuniquem com
outras portas "isoladas", mas tão
somente com as portas
"promíscuas" de uma dada VLAN;

§ VLANs
dinâmicas. Deve permitir a criação,
remoção e distribuição de VLANs
de forma dinâmica através de
portas configuradas como tronco
IEEE 802.1Q;

§ *Port*
Trunking conforme padrão IEEE
802.3ad;

§
Mecanismo de proteção da *root
bridge* do algoritmo *Spanning Tree*
para prover defesa contra ataques
do tipo *Denial of Service* no
ambiente nível 2;

o Deve permitir a suspensão de recebimento de BPDUs (*Bridge Protocol Data Units*) caso a porta esteja colocada no modo *forwarding* (conforme previsto no padrão IEEE 802.1w). Sendo recebido um BPDU, neste tipo de porta, deve ser possível desabilitá-la automaticamente;

· **Garantia**

o Garantia de 60 (sessenta) meses a contar do recebimento definitivo do objeto;

o Se durante as manutenções for verificada a necessidade de substituição de peça e/ou componente dos equipamentos ou do equipamento inteiro, deverá ocorrer sem custo adicional para a DPE-RO;

o Em caso de substituição de equipamento defeituoso, o equipamento substituto deve ser igual ou superior, do mesmo fabricante, em características técnicas.

· **Responsabilidade**

Ambiental

o Deve ser entregue certificação, obedecendo a norma do INMETRO (Portaria nº 170/2012) incluindo relatório de avaliação e ensaios para IEC 60950, IEC 61000, CISDPR 22, CISPR 24, FCC, CE;

o O modelo de equipamento deve estar em conformidade com o padrão RoHS (Restriction of Hazardous Substances), isto é, ser construído com materiais que não agridem o meio ambiente.

Access Point

· **Características gerais**

o O equipamento deve suportar os padrões IEEE 802.11a, IEEE 802.11b, IEEE 802.11g, 802.11n, 802.11ac;

o Operar em temperaturas entre 0° C e 40° C;

o O equipamento deverá suportar fonte de alimentação elétrica local, ou injetor POE compatível, que opere em AC/DC 100-240 V, bivolt, 50/60 Hz

compatível com padrão brasileiro de tomadas – NBR 14136:2012;

o Apresentar funcionamento em Dual-band, dual rádio 802.11a/b/g/n/ac;

o Possibilitar configuração em modo AP, modo Bridge, ou como um AP remoto com canais de dados seguros criptografados;

o Deve possuir:

§ 2 (dois) módulos de rádios, operando simultaneamente nas frequências de 2.4GHz (dois vírgula quatro Giga Hertz) e 5GHz (cinco Giga Hertz);

§ No mínimo 1 interface padrão IEEE 802.3 10/100/1000BaseT Ethernet, auto MDI/MDX, com conector RJ-45, para conexão à rede local fixa;

§ LED indicativo de operação do dispositivo;

§ Antenas compatíveis com as frequências de rádio dos padrões IEEE 802.11a/n/ac e 802.11/b/g/n com ganho de pelo menos 3 dBi, com padrão de irradiação omnidirecional multi-banda dipolar, integradas e com no mínimo 3 transmissores e 3 receptores;

§ Potência máxima de transmissão de, no mínimo, 21dBm para protocolos padrão IEEE 802.11a/b/g/n/ac;

§ Capacidade de selecionar automaticamente o canal de transmissão;

§ Ajuste dinâmico de nível de potência e canal de rádio de modo a otimizar o tamanho da célula de RF;

§ Certificação para operar de acordo com regulamentação de telecomunicações da Anatel na ocasião da entrega do produto.

o O equipamento deverá ser entregue com todos os acessórios necessários para seu pleno funcionamento, tais como: softwares, cabos de console (se necessário), cabos de energia

elétrica ou fonte, documentação técnica e manuais (em mídia impressa ou CD-ROM) que contenham informações suficientes para possibilitar a instalação, configuração e operacionalização do equipamento;

o O equipamento deve ser acompanhado de todas as licenças que se fizerem necessárias para o perfeito funcionamento de todas as funcionalidades descritas nesta especificação durante sua vida útil;

o Não poderão ser oferecidos produtos que, até a data do recebimento definitivo do objeto, sofreram descontinuidade ou sem suporte técnico do fabricante;

o Deve ser novo (de primeiro uso, não reconicionado, sem marcas, amassados, aranhões ou outros problemas físicos) e estar na linha atual de produção do fabricante além de estar embalado e acondicionado de forma adequada e lacrada para o transporte da origem até o destino final;

o Todos os itens e subitens desta especificação deverão ser comprovados através de catálogos, *folders* e/ou outros comprovantes, apontado a página do documento onde consta a comprovação do solicitado;

o O Gestor do Contrato emitirá Termo de Recusa em caso de verificação de erros ou impropriedades impeditivas de recebimento dos produtos; ou se os produtos forem entregues com especificações técnicas inferiores às constantes do edital e seus anexos ou na proposta técnica da CONTRATADA;

o À DPE-RO não caberá qualquer ônus pela rejeição de produtos considerados inadequados pelo gestor.

· Garantia

o Garantia de 60 (sessenta) meses a contar do recebimento definitivo do objeto;

o Se durante esse período for verificada a necessidade de substituição de peça e/ou

03	<p>componente dos equipamentos ou do equipamento inteiro, deverá ocorrer sem custo adicional para a DPE-RO;</p> <ul style="list-style-type: none"> o Em caso de substituição de equipamento defeituoso, o equipamento substituto deve ser igual ou superior, do mesmo fabricante, em características técnicas. <p>· Administração e configurações</p> <ul style="list-style-type: none"> o O equipamento deve permitir administração total (configuração, atualizações de software/firmware, reinicializações e demais funções necessárias à sua correta e completa operação); o Permitir a atualização remota do sistema operacional e arquivos de configuração utilizados no equipamento; o Não restringir o número de usuários por AP devido a licenciamento de software; o Permitir a configuração e gerenciamento através de browser padrão (http, https); o Fornecer, preferencialmente, gerenciamento centralizado e relatórios; o O ponto de acesso deve suportar operação por controladora centralizada e também operação em modo autônomo; o Deve possuir capacidade de monitoramento via protocolo SNMP versões 2 e 3 (v2 e v3) nativamente; o Deve permitir a formação de conjuntos de pontos de acesso que se comuniquem e compartilhem das mesmas configurações (<i>Clusters</i>); <p>· Segurança</p> <ul style="list-style-type: none"> o Detecção simultânea de falsos AP's (<i>Rogue Access Points</i>), monitoramento e controle (supressão); o Permitir habilitar e desabilitar a divulgação do SSID; o Possuir mecanismos de detecção e 	Unid.	15			
----	---	-------	----	--	--	--

bloqueio de intrusos no ambiente através do sistema de monitoração e controle de RF;

o Possuir criptografia do tráfego local;

o Possuir diferentes tipos de combinações de encriptação/autenticação por SSID;

o Suportar a autenticação com geração dinâmica de chaves criptográficas por sessão e por usuário;

o Possuir WEP, chaves estáticas e dinâmicas (40 bits e 128 bits);

o Possuir WPA com algoritmo de criptografia TKIP;

o Possuir WPA2;

o Possuir Privacidade Intra-SSID para Hotspot.

o Possuir capacidade para configuração de múltiplos SSID's - pelo menos 2 - e VLAN's com métodos de autenticação e criptografia independentes entre si.

- Capacidade

o Fornecer no mínimo 300 Mbps/Radio de *throughput wireless* com segurança de nível empresarial;

o Permitir simultaneamente usuários configurados nos padrões IEEE 802.11b/g/n e 802.11a/n/ac com MU-MIMO;

o Deve suportar a tecnologia MU-MIMO 4x4:4 pelo menos na frequência de 5 Ghz;

o Operar na modulação OFDM;

o Possuir as seguintes taxas de transmissão com *fallback* automático:

§ IEEE 802.11 b: 11; 5,5; 2 e 1 Mbps;

§ IEEE 802.11 a/g: 54, 48, 36, 24, 18, 12, 9 e 6 Mbps;

§ IEEE 802.11n: no mínimo MCS23 (MCS0 até MCS23) para 2.4GHz e 5GHz;

	<p>§ 802.11ac: 6.5 até 865, no mínimo MCS9 (MCS0 até MCS9);</p> <p>§ 802.11n high-throughput (HT) support: HT 20/40 para 5GHz;</p> <p>§ 802.11ac support: HT 20/40/80;</p> <p>o Implementar a pilha de protocolos TCP/IP;</p> <p>o Possuir cliente DHCP, para configuração automática de rede.</p>					
04	<p>Organizador de cabos em espiral (spiraduto) de ½"</p> <ul style="list-style-type: none"> · Cor: Preta · Dimensões: diâmetro interno 9,80 mm, diâmetro externo 12,00 mm, diâmetro máximo 38,10 mm x 40 m ou mais de comprimento · Composição: Polietileno · Comprimento: 50 m 	Cx.	50			
05	<p>Organizador de cabos em espiral (spiraduto) de ¼"</p> <ul style="list-style-type: none"> · Cor: Preta · Dimensões: diâmetro interno 4,60 mm, diâmetro externo 6,40 mm, diâmetro máximo 19,50 mm x 40 m ou mais de comprimento · Composição: Polietileno · Comprimento: 50 m 	Cx.	50			
06	<p>Abraçadeira de velcro</p> <ul style="list-style-type: none"> · Cor: Preta · Comprimento total: 3 m · Largura: 20 mm 	Rolo	50			
07	<p>Abraçadeira de nylon</p> <ul style="list-style-type: none"> · Cor: Preta · Pacote com 100 unidades · Dimensões: 155 x 4,8 mm 	Pct.	100			

08	<p>Abraçadeira de nylon</p> <ul style="list-style-type: none"> · Cor: Preta · Pacote com 100 unidades · Dimensões: 200 x 4,8 mm 	Pct.	100			
09	<p>Abraçadeira de nylon</p> <ul style="list-style-type: none"> · Cor: Preta · Pacote com 100 unidades · Dimensões: 280 x 4,8 mm 	Pct.	100			
10	<p>Abraçadeira de nylon</p> <ul style="list-style-type: none"> · Cor: Preta · Pacote com 100 unidades · Dimensões: 390 x 4,8 mm 	Pct.	100			
11	<p>Abraçadeira de nylon</p> <ul style="list-style-type: none"> · Cor: Preta · Pacote com 100 unidades · Dimensões: 390 x 7,6 mm 	Pct.	100			
12	<p>Soprador de ar</p> <ul style="list-style-type: none"> · Dimensões (CxLxA): 479 x 185 x 178 mm ou superior · Peso máximo: 2,5 kg · Tensão de alimentação: 110 V · Potência nominal mínima: 100 W 	Unid.	04			
13	<p>Kit manutenção computador</p> <ul style="list-style-type: none"> · Composição mínima: 01 (uma) maleta/bolsa, 01 (uma) pinça, 01 (uma) chave teste, 01 (um) extrator com três garras, 01 (uma) chave TORX T15, 02 (duas) chaves Philips 1 0, 02 (duas) chaves de fenda, sendo uma 3/16"" e outra de 1/8"", 02 (duas) chaves canhão, sendo uma de 3/16"" e outra de 1/4"", 01 (um) alicate bico meia-cana 5"" com mola 	Unid.	05			

14	<p>Rotulador eletrônico portátil profissional</p> <ul style="list-style-type: none"> · Resolução mínima de Impressão: 180 dpi · Tecnologia da Impressão: Transferência térmica · Largura das Etiquetas (mm): Compatível com 6.4 mm a 18 mm (ou superior) · Largura da Impressão: Até, mas não limitada a 16 mm · Memória mínima: 5MB · Formato de Etiquetas Suportado: Contínuo · Tela iluminada: Sim · Tamanho do Texto: 6pt a 40pt, com dimensionamento automático · Número mínimo de linhas impressas: 4 · Orientação da Impressão: Horizontal e vertical · Portátil: Sim · Tipos de Materiais: Etiquetas autolamináveis e autocolantes para Fios e Cabos · Aplicações: Etiquetas básicas e contínuas para fios e cabos, painéis, equipamentos de comunicação de dados · Alimentação: Compatível com bateria recarregável e substituível de Íon Lítio (Inclusa) e pilhas, Adaptador AC (110, 220V) · Garantia mínima: 1 ano 	Unid.	03		
15	<p>Pasta térmica</p> <ul style="list-style-type: none"> · Cor: Branca · Peso: Mínimo 15 g · Componente Básico: Silicone de alto peso molecular · Solubilidade: 0,04g/100 mL · Condutividade Térmica: 0,4 w/mk 	Unid.	10		

16	<p>Limpa contato</p> <ul style="list-style-type: none"> · Cor: Incolor · Embalagem: 300 ml · Aspecto: Líquido premido 	Unid.	10			
17	<p>Testador de fonte</p> <ul style="list-style-type: none"> · Compatível com fonte ATX · Visor: LCD de 2" · Teste tensões de: +12V, -12V, +5V, -5V, +3,3V e 5V 	Unid.	04			
18	<p>Kit de limpeza para impressora Fargo/DTC 1250e</p> <ul style="list-style-type: none"> · Kit de Limpeza para impressora de crachás: Fargo DTC400, C50, DTC1000, DTC1250e, DTC4000, DTC4250e, DTC4500e e DTC4500. · Conteúdo: 2 Canetas de Limpeza para Cabeça de Impressão + 10 Lenços Umedecidos + 10 Cartões de Limpeza 	Unid.	01			
19	<p>Graxa de silicone para engrenagens</p> <ul style="list-style-type: none"> · Base: Silicone · Solubilidade em água: Insolúvel · Ponto de gota: Inexistente · Peso mínimo: 50 g 	Unid.	04			
20	<p>Graxa para película fusor teflon</p> <ul style="list-style-type: none"> · Composição: Cerâmica · Peso mínimo: 20 g 	Unid.	04			
21	<p>Álcool isopropílico</p> <ul style="list-style-type: none"> · Cor: Incolor · Composição: Isopropanol · Variação mínima: 90% · Quantidade mínima: 1.000 ml 	Unid.	10			

22	<p>Conector RJ45 passagem EZ Crimp - Cat6</p> <ul style="list-style-type: none"> · Cabos adequados: 8 posições, 8 contatos tipo Pass Through plugue de dados para cabo sólido ou trançado e suporta cabo de rede redondo ou plano de 23 a 26 AWG · Contatos: banhados a ouro · Bitola: 23 a 26 AWG. · Modelo Cabo: Cat6 	Unid.	2.000			
23	<p>Alicate de Crimpar RJ45 EZ de Passagem</p> <ul style="list-style-type: none"> · Características Técnicas de Categoria: 6 U/UTP · Composto por apenas uma peça - não precisa de alinhador nem de separador · Proporciona facilidade e agilidade na montagem · Corpo em termoplástico de alto impacto não propagar à chama UL 94V-2 · Vias de contato produzidas em bronze fosforoso com camadas de 2,54 micrômetros de níquel e 1,27 micrômetros de ouro · Compatível com os padrões de montagem T568A e T568B · Contatos adequados para condutores sólidos 	Unid.	05			

Carimbo do CNPJ/CPF-ME:	Local:	Responsável pela cotação da Empresa:	Valor Total da Proposta: R\$
	Data:	Fone:	Validade da Proposta: 90 (noventa dias).
		Assinatura:	Responsável pela cotação/DPE/RO:

OBS: As empresas vencedoras deverão apresentar no ato da entrega do objeto, juntamente com a Nota Fiscal/fatura, os seguintes documentos: **Certidões Negativas de Débitos junto ao INSS, FGTS, FAZENDA ESTADUAL, MUNICIPAL E FEDERAL. TELEFONES PARA CONTATO: 69 3217-4718/ 69 99251-93.**

ANEXO - D
DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DE COTAÇÃO DE PREÇOS

Declaro, para os devidos fins, que recebi da Defensoria Pública do Estado de Rondônia formulário de solicitação de **COTAÇÃO DE PREÇOS** e **TERMO DE REFERÊNCIA** do **Processo nº 3001.104933.2022**, cujo objeto é **registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais de rede de comunicação de dados para atender a Defensoria Pública do Estado de Rondônia**.

Porto Velho-RO, ____ de _____ de 20__.

Assinatura e Carimbo da Declarante

**CARIMBO DO CNPJ E/OU IDENTIFICAÇÃO
DO RESPONSÁVEL LEGAL**



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo José Gouveia Carneiro, Diretor(a) de Tecnologia da Informação**, em 17/05/2023, às 10:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei informando o código verificador **0204106** e o código CRC **75EA07A8**.

Caso responda este documento, favor referenciar expressamente o
Processo nº 3001.104933.2022.

Documento SEI nº 0204106v2



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria-Geral de Administração e Planejamento
Comissão Permanente de Compras e Licitação

Avenida Governador Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - www.defensoria.ro.def.br

Processo nº: 3001.104933.2022

Tipo: Compra de Material e Contratação de Serviços

Assunto: Aquisição de equipamentos e materiais de rede de comunicação de dados

ANEXO - SGAP/SGAP-CPCL

ANEXO II

ESTIMATIVA DE PREÇOS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT.	PREÇO MÉDIO UNIT (R\$)	PREÇO MÁXIMO (R\$)
ITENS					
01	Switch L2 de 48 portas	UNID	12	18.126,33	217.515,96
02	Switch L2 de 24 portas	UNID	10	5.261,50	52.615,00
03	Access Point	UNID	15	1.458,33	21.874,95
04	Organizador de cabos em espiral (spiraduto) de 1/2"	ROLO	50	437,85	21.892,50
05	Organizador de cabos em espiral (spiraduto) de 1/4	ROLO	50	198,00	9.900,00
06	Abraçadeira de velcro	ROLO	1000	14,98	14.980,00
07	Abraçadeira de nylon 155 x 4,8	PCT	100	18,31	1.831,00
08	Abraçadeira de nylon 200 x 4,8	PCT	100	23,55	2.355,00
09	Abraçadeira de nylon 280 x 4,80	PCT	100	21,60	2.160,00
10	Abraçadeira de nylon 390 x 4,8	PCT	100	48,90	4.890,00
11	Abraçadeira de nylon 390 x 7,6	PCT	100	103,04	10.304,00
12	Soprador de ar	UNID	4	255,63	1.022,52

13	Kit de manutenção computador	UNID	5	670,07	3.350,35
14	Rotulador eletrônico portátil profissional	UNID	3	1.415,60	4.246,80
15	Pasta térmica	UNID	10	32,27	322,70
16	Limpa contato	UNID	10	14,65	146,50
17	Testador de fonte	UNID	4	74,34	297,36
18	Kit de limpeza para impressora Fargo/DTC 1250e	UNID	4	349,79	1.399,16
19	Graxa de silicone para silicone para engrenagens	UNID	4	32,15	128,60
20	Graxa de película fusor teflon	UNID	4	45,00	180,00
21	Álcool isopropílico	UNID	10	24,68	246,80
22	Conector RJ45 passagem EZ Crimp – CAT6	UNID	2000	0,74	1.480,00
23	Alicate de crimpar RJ45 EZ de passagem	UNID	5	76,90	384,50
24	Switch L2 de 48 portas - RESERVA DE COTA	UNID	3	18.126,33	54.378,99
TOTAL DOS ITENS					427.902,69



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Carlos Mendonca Tavernard, Pregoeiro(a)**, em 17/05/2023, às 12:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Luan Hortiz Campos, Membro(a) de Equipe de Apoio**, em 17/05/2023, às 12:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Larissa Freitas dos Santos, Membro(a) de Equipe de Apoio**, em 17/05/2023, às 12:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei informando o código verificador **0204463** e o código CRC **4DE6646E**.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria-Geral de Administração e Planejamento
Comissão Permanente de Compras e Licitação
Avenida Governador Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - www.defensoria.ro.def.br

Processo nº: 3001.104933.2022

Tipo: Compra de Material e Contratação de Serviços

Assunto: Aquisição de equipamentos e materiais de rede de comunicação de dados

ANEXO - SGAP/SGAP-CPCL

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

(apresentar em papel timbrado da licitante)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2023/CPCL/DPE/RO

EDITAL Nº 007/2023/CPCL/DPE/RO

À DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA - DPE/RO

Prezados Senhores:

Apresentamos a V. S^a., nossa proposta de preços de

_____ pelo preço global de R\$ _____ (_____), nos termos do edital e seus anexos, conforme quadro abaixo:

DO OBJETO:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT.	MARCA/MODELO	PREÇO UNIT (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
ITENS						
1	Switch L2 de 48 portas	UNIDADE	12			
2	Switch L2 de 24 portas	UNIDADE	10			
3	Access Point	UNIDADE	15			
4	Organizador de cabos em espiral (spiraduto) de 1/2"	UNIDADE	50			
5	Organizador de cabos em espiral (spiraduto) de 1/4	UNIDADE	50			
6	Abraçadeira de velcro	UNIDADE	1000			
7	Abraçadeira de nylon 155 x 4,8	UNIDADE	100			

8	Abraçadeira de nylon 200 x 4,8	UNIDADE	100			
9	Abraçadeira de nylon 280 x 4,80	UNIDADE	100			
10	Abraçadeira de nylon 390 x 4,8	UNIDADE	100			
11	Abraçadeira de nylon 390 x 7,6	UNIDADE	100			
12	Soprador de ar	UNIDADE	4			
13	Kit de manutenção computador	UNIDADE	5			
14	Rotulador eletrônico portátil profissional	UNIDADE	3			
15	Pasta térmica	UNIDADE	10			
16	Limpa contato	UNIDADE	10			
17	Testador de fonte	UNIDADE	4			
18	Kit de limpeza para impressora Fargo/DTC 1250e	UNIDADE	4			
19	Graxa de silicone para silicone para engrenagens	UNIDADE	4			
20	Graxa de película fusor teflon	UNIDADE	4			
21	Álcool isopropílico	UNIDADE	10			
22	Conector RJ45 passagem EZ Crimp – CAT6	UNIDADE	2000			
23	Alicate de crimpar RJ45 EZ de passagem	UNIDADE	5			
24	Switch L2 de 48 portas	UNIDADE	3			
TOTAL						

Valor Total da Proposta: R\$ _____ (valor por extenso).

Prazo de validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.

Garantia: Conforme disposto no item 6 do termo de referência, anexo I do edital.

DADOS DO PROPONENTE:

Razão Social:	
CNPJ:	Telefone/Celular:
Endereço:	CEP:
E-mail:	

DADOS DO REPRESENTANTE DA EMPRESA:

Nome:		
Endereço:		
CEP:	Cidade:	UF:
CPF:	Cargo/Função:	

RG nº.:	Expedido por:
Naturalidade:	Nacionalidade:

DADOS BANCÁRIOS:

Banco:
Conta Corrente:
Agência:

Declaramos conhecer e concordar plenamente com as cláusulas e condições do Edital deste pregão, apresentamos nossa proposta de preços para fornecimento do objeto do certame conforme valores e especificações técnicas.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Declaramos que proposta apresentada para participar deste Pregão Eletrônico foi elaborada de maneira independente pela empresa, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

Declaramos, sob as penas da Lei, que até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Declaramos, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/1993, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Declaramos que o e-mail informado nesta proposta é válido e poderá ser utilizado para todos os tipos de comunicação oficial, inclusive notificações, comprometendo-me sempre a mantê-lo atualizado junto à DPE/RO.

(Local)....., de 2023.

.....
(Assinatura do representante legal e carimbo)



Documento assinado eletronicamente por **Luan Hortiz Campos, Membro(a) de Equipe de Apoio**, em 15/05/2023, às 11:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Carlos Mendonca Tavernard, Pregoeiro(a)**, em 15/05/2023, às 11:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Larissa Freitas dos Santos, Membro(a) de Equipe de Apoio**, em 15/05/2023, às 11:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei informando o código verificador **0202299** e o código CRC **9D5F37F2**.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria-Geral de Administração e Planejamento
Comissão Permanente de Compras e Licitação
Avenida Governador Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - www.defensoria.ro.def.br

Processo nº: 3001.104933.2022

Tipo: Compra de Material e Contratação de Serviços

Assunto: Aquisição de equipamentos e materiais de rede de comunicação de dados

ANEXO - SGAP/SGAP-CPCL

ANEXO IV

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 022/2023/DPE-RO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2023/CPCL/DPE/RO

PROCESSO SEI: 3001.104933.2022

A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA - DPE/RO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.072.076/0001-95, com sede na Avenida Jorge Teixeira, nº 1722, Bairro Embratel - CEP: 76.820-846 - Porto Velho - RO, neste ato representada pela Secretária-Geral de Administração e Planejamento, Sra. **Beatriz de Andrade Chaves**, nomeada pela Portaria nº 0413/2021-GAB/DPE de 27 de abril de 2021, publicada no DOE-DPERO n.º 481, ano III, de 28 de abril de 2021, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s), firmam a presente Ata de Registro de Preços, nos termos das Lei nº 8.666/93 e Decreto Estadual 18.340/2013, suas respectivas alterações e demais normas legais aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais de rede de comunicação de dados para atender a Defensoria Pública do Estado de Rondônia, conforme especificações técnicas e condições complementares descritas no edital e seus anexos.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1. A ata de registro de preços terá vigência de **12 (doze) meses**, contada da data da publicação do extrato no Diário Oficial da Defensoria Pública do Estado de Rondônia.

2.2. A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida nos instrumentos convocatórios, observado o artigo 57 da Lei 8.666, de 1993, conforme Decreto Estadual nº 18.340/13.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE

3.1. É órgão gerenciador e participante desta ata de registro de preços a Defensoria Pública do Estado de Rondônia.

4. CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

4.1. Os preços registrados por item, especificações, quantidade, licitante(s) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Primeira classificada:

Empresa:		CNPJ:	
Endereço:			
E-mail:		Fone: (XX)	Celular: (XX)
Representante:		RG:	CPF:

Segunda classificada:

Empresa:		CNPJ:	
Endereço:			
E-mail:		Fone: (XX)	Celular: (XX)
Representante:		RG:	CPF:

Preços registrados:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT.	MARCA/MODELO/FABRICANTE	PREÇO UNIT. (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
TOTAL DA ATA						

5. CLÁUSULA QUINTA – PRAZOS, LOCAL, CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO

5.1. Conforme indicados no item **04** do termo de referência.

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1. Conforme disposto no item **08** do termo de referência.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA FORMA DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado obedecendo ao disposto no item **09** do termo de referência.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, a CONTRATADA estará sujeita as sanções definidas no item 12 do Termo de Referência.

9. CLAUSULA NONA - DO SISTEMA ORÇAMENTARIO

9.1. Os recursos orçamentários para dar cobertura à realização da despesa estão previstos na Lei Orçamentária Anual - LOA, exercício **2023**, por meio da programação: 30.011.03.126.2046.1096 e 30.011.03.122.2046.2182; Natureza da despesa: 4.4.90.52 e 3.3.90.30.; Fonte: 1759008030.; Unidade orçamentária: **30011 - Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado de Rondônia - FUNDEP.**

10. CLÁUSULA DEZ - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

10.1. Nos termos do Artigo 26 do Decreto Estadual 18.340/13, esta Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Estadual, Municipal ou Distrital que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

10.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.3. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.4. As adesões à ata de registro de preços não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

10.5. Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preço.

11. CLÁUSULA ONZE - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 1993.

11.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços.

11.2.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

11.2.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

11.3. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

11.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

11.3.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

11.3.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

11.4. Será admitida solicitação de revisão de preços de que trata o item **11.3**, quando tratar-se de produto cujo preço médio de mercado for obtido em tabelas oficiais publicamente reconhecidas ou de

preços regulamentados pelo poder público, depois de cumprido o disposto no inciso item **11.3.2**.

11.4.1. A revisão de preços prevista no subitem anterior poderá ser efetivada mediante requerimento do detentor da ata, que deverá fazê-lo antes do pedido de fornecimento e, deverá instruir o pedido com a documentação probatória de majoração do preço do mercado e a oneração de custos.

11.5. Os preços registrados serão mantidos inalterados por todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços - ARP, admitida sua revisão, para majorar ou minorar os preços registrados, em casos excepcionais, nas hipóteses legais e considerando os preços vigentes de mercado.

11.5.1. A revisão de preços prevista no subitem anterior precederá de requerimento: I - do detentor da ata, que deverá fazê-la antes do pedido de fornecimento e, instruindo seu pedido com documentação probatória de majoração de preço do mercado e a oneração de custos; pelo órgão participante ou órgão interessado, comprovando por meio de pesquisas de preços que há minoração do valor originalmente registrado.

11.5.2. Comprovada a majoração dos valores de mercado nas hipóteses da alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993, o órgão gerenciador da Ata convocará, antes da efetiva alteração de preços, as demais licitantes na ordem de classificação original para que manifestem interesse em manter o preço original registrado em ata, de modo que, inexistindo interessados dispostos em manter o valor da ata; os preços poderão ser revisados conforme disposto no subitem **11.5**.

11.5.3. Comprovada a minoração dos valores de mercado, o órgão gerenciador da ata convocará os licitantes na ordem de classificação original para que manifestem interesse em adequar o preço registrado em ata, de modo que o órgão, mediante análise de vantajosidade e probidade das licitantes, poderá realizar, a seu critério técnico, os trâmites administrativos cabíveis para o cancelamento do item da ata.

11.5.4. A revisão aprovada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época do registro.

12. CLÁUSULA DOZE - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. A presente Ata de Registro de Preços vincula-se ao edital, anexos e a(s) proposta(s) da(s) licitante(s) do Pregão Eletrônico que originou o presente documento.

12.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

12.3. Os casos omissos regular-se-ão pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

12.4. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

12.5. O extrato da presente Ata será publicado no Diário Oficial Eletrônico da Defensoria Pública do Estado de Rondônia.

12.6. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

13. CLÁUSULA TREZE - DO FORO

13.1. Fica eleito o foro da comarca de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, para dirimir todas e quaisquer dúvidas que surgirem da execução da presente Ata.

Porto Velho - RO, na data da assinatura.

NOME DA EMPRESA

.....
Representante legal da empresa



Documento assinado eletronicamente por **Luan Hortiz Campos, Membro(a) de Equipe de Apoio**, em 15/05/2023, às 11:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Carlos Mendonca Tavernard, Pregoeiro(a)**, em 15/05/2023, às 11:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Larissa Freitas dos Santos, Membro(a) de Equipe de Apoio**, em 15/05/2023, às 11:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei informando o código verificador **0202322** e o código CRC **CBB55811**.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria-Geral de Administração e Planejamento
Comissão Permanente de Compras e Licitação

Avenida Governador Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - www.defensoria.ro.def.br

Processo nº: 3001.104933.2022

Tipo: Compra de Material e Contratação de Serviços

Assunto: Aquisição de equipamentos e materiais de rede de comunicação de dados

ANEXO - SGAP/SGAP-CPCL

ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº ____/2023/DPE-RO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2023/CPCL/DPE/RO

PROCESSO SEI: 3001.104933.2022

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA E A EMPRESA _____, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

CONTRATANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA, denominada DPE/RO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.072.076/0001-95, com sede na Avenida Jorge Teixeira, nº 1722, Bairro Embratel - CEP: 76.820-846 - Porto Velho - RO, neste ato representado pelo **Defensor Público-Geral do Estado**, Dr. _____, portador da cédula de identidade de nº _____ SSP/-____ e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº _____, nomeado pelo Decreto nº _____, de ____ de _____ de 20____.

CONTRATADA: Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na Av. _____, na cidade de _____, representada neste ato por seu representante legal Senhor(a) _____, portador(a) da cédula de identidade nº _____ inscrito(a) no CPF sob o nº _____, de acordo com os poderes de administração concedidos no contrato social / no requerimento de empresário individual / na representação legal que lhe é outorgada por procuração.

O presente contrato se regerá pelas disposições da Lei nº 8.666/1993, suas respectivas alterações e demais legislações vigentes, atendidas as cláusulas e condições que se seguem:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Contrato é o Registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais de rede de comunicação de dados para atender a Defensoria Pública do Estado de Rondônia, mediante fornecimento total, conforme especificações técnicas e condições complementares descritas no termo de referência, no edital e seus anexos, cujos elementos a integra.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E DO RESJUTE

2.1. O valor total do presente Contrato importa em R\$ _____ (_____).

2.2. Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência do contrato.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência será de **12 (doze) meses**, contados da assinatura do contrato.

4 . CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO

4.1. Conforme local, prazos e condições minuciosamente detalhados nos itens **04** e **05** do termo de referência.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E SUSTENTABILIDADE

5.1. Conforme descrito no item **06** do termo de referência.

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1. Conforme descrito no item **08** do termo de referência.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será feito conforme disposto no item **09** do termo de referência.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, a CONTRATADA estará sujeita as sanções definidas no item **12** do Termo de Referência.

9. CLÁUSULA NONA - DO SISTEMA ORÇAMENTÁRIO

9.1. As despesas decorrentes do presente Processo ocorrerão à conta do Programa de Trabalho n 30.011.03.126.2046.1096 e 30.011.03.122.2046.2182, Fonte do Recurso: 1759008030. - **Recursos do FUNDEP**, cujo valor está devidamente reservado pela Pré-Empenho nº **2023PE00XXX** e Nota de Empenho nº **2023NE00XXX**, elemento de despesa 4.4.90.52 e 3.3.90.30.

9.2. As despesas para o exercício subsequente estarão submetidas à dotação orçamentária própria prevista para atendimento à presente finalidade, por conta dos recursos consignados a Defensoria Pública do Estado de Rondônia pela Lei Orçamentária Anual do Estado de Rondônia, e sua devida identificação no início de novo exercício financeiro será objeto de apostilamento ao contrato.

10. CLÁUSULA DEZ - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

10.1. Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65, da Lei nº 8.666/1993, desde que haja interesse da Contratante, com a apresentação das devidas justificativas.

11. CLÁUSULA ONZE - DA RESCISÃO

11.1. A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a possibilidade de sua rescisão, a critério da Administração, conforme disposto nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/1993, sendo devidamente motivada nos autos do processo e assegurado o contraditório e a ampla defesa do CONTRATADO.

11.2. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993

12. CLÁUSULA DOZE – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

12.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993 e Regulamento nº 021/2018/DPG/DPE/RO, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.2. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da(s) Contratada(s), inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material(is) inadequado(s) ou de qualidade(s) inferior(es), e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/1993.

12.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13. CLÁUSULA TREZE - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. O presente Contrato vincula-se ao edital, anexos e a(s) proposta(s) da(s) licitante(s) do Pregão Eletrônico que originou o presente documento.

13.2. As comunicações oficiais referentes à presente contratação poderão ser realizadas através de e-mail corporativo, reputando-se válidas as enviadas em e-mail incluído na proposta ou documentos apresentados pelo fornecedor.

13.2.1. A ciência do ato será a data de confirmação da leitura do seu teor pelo destinatário, sendo considerada válida, na ausência de confirmação, a comunicação na data do término do prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data do seu envio.

13.3. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo ao presente Contrato.

13.4. Os casos omissos regular-se-ão pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

13.5. O extrato do presente Contrato será publicado no Diário Oficial Eletrônico da Defensoria Pública do Estado de Rondônia.

14. CLAUSULA QUATORZE - DO FORO

14.1. Fica eleito o foro da comarca de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, para dirimir todas e quaisquer dúvidas que surgirem da execução do presente Contrato.

14.2. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Contrato foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Porto Velho - RO, na data da assinatura.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA

.....
Defensor Público-Geral do Estado

NOME DA EMPRESA

.....
Representante legal da empresa



Documento assinado eletronicamente por **Luan Hortiz Campos, Membro(a) de Equipe de Apoio**, em 15/05/2023, às 11:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Larissa Freitas dos Santos, Membro(a) de Equipe de Apoio**, em 15/05/2023, às 11:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei informando o código verificador **0202337** e o código CRC **961F21E7**.

Caso responda este documento, por favor referencie expressamente o Processo nº 3001.104933.2022.

Documento SEI nº 0202337v2



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria-Geral de Administração e Planejamento
Comissão Permanente de Compras e Licitação

Avenida Governador Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - www.defensoria.ro.def.br

AVISO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2023/CPCL/DPE/RO
EDITAL Nº 007/2023/CPCL/DPE/RO
AMPLA CONCORRÊNCIA E RESERVA DE COTA
PROCESSO SEI Nº 3001.104933.2022

A Defensoria Pública do Estado de Rondônia - DPE/RO, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 473/2022/SGAP/DPERO de 03 de novembro de 2022, publicado no Diário Oficial Eletrônico da Defensoria Pública do Estado de Rondônia no dia 04 de novembro de 2022, torna pública à abertura do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2023/CPCL/DPE/RO**, do tipo **menor preço**, com **adjudicação por item**, mediante **fornecimento parcelado**. O certame será regido pela Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 a qual se aplica subsidiariamente a modalidade de Pregão, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Estadual nº 2.414/2011, Decretos Estaduais nº 26.182/2021, nº 16.089/2011 e nº 21.675/2017, Decreto Federal nº 10.024/2019, suas respectivas alterações e por outras normas vigentes, bem como pelas condições estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos. A licitação tem por finalidade a qualificação de empresas e a seleção de proposta mais vantajosa, visando Registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais de rede de comunicação de dados para atender a Defensoria Pública do Estado de Rondônia, **conforme quantidades, condições e especificações técnicas minuciosamente descritas no edital e seus anexos**. O edital e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis no endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br, bem como na sede da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, situada à Avenida Jorge Teixeira, nº 1722 - Bairro Embratel - CEP: 76.820-846 - Porto Velho – RO, em dias úteis, as 08h30min às 14h30min (horário oficial de Brasília/DF). Maiores informações poderão ser obtidas através do e-mail licitacao@defensoria.ro.def.br e telefone **(69) 3217-4713**. A abertura da sessão pública será no dia **01/06/2023**, às **09h00min** (horário oficial de Brasília/DF), no site: www.gov.br/compras/pt-br. O valor total estimado é **R\$ 427.902,69** (quatrocentos e vinte e sete mil, novecentos e dois reais e sessenta e nove centavos).

Porto Velho - RO, 15 de maio de 2023.

Antônio Carlos Mendonça Tavernard
Pregoeiro



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Carlos Mendonca Tavernard**,
Pregoeiro(a), em 15/05/2023, às 11:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei informando o código verificador **0202367** e o
código CRC **0C819AFD**.

Caso responda este documento, favor referenciar
expressamente o Processo nº 3001.104933.2022.

Documento SEI nº 0202367v2

Art. 3.º DESIGNAR o Defensor Público ADELINO CATANEO para atuar na defesa do assistido C. T. G. S., na sessão de julgamento do tribunal do júri designada para o dia 09.11.2022, nos autos de n.º 0001797-21.2020.8.22.0002, que tramita na 1ª Vara Criminal da Comarca de Ariquemes.

Art. 4.º DESIGNAR o Defensor Público ADELINO CATANEO para atuar na defesa do assistido L. P., na sessão de julgamento do tribunal do júri designada para o dia 11.11.2022, nos autos de n.º 0005116-31.2019.8.22.0002, que tramita na 1ª Vara Criminal da Comarca de Ariquemes.

Art. 5.º DESIGNAR o Defensor Público EDUARDO GUIMARÃES BORGES para atuar na defesa do assistido A.C.G., na sessão de julgamento do tribunal do júri designada para o dia 29.11.2022, nos autos de n.º 0000952-97.2018.8.22.0021, que tramita na Comarca de Buritis.

Art. 6.º Esta portaria entra em vigor imediatamente.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARCUS EDSON DE LIMA
Corregedor-Geral

PORTARIA N.º 522/2022/DPERO-CG-GAB
Porto Velho, 03 de novembro de 2022.

O CORREGEDOR-GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no exercício de suas atribuições legais, especialmente na forma da Lei Complementar Estadual n.º 117, de 04 de novembro de 1994, e da Portaria n.º 1022/2019/GAB/DPE-RO, de 19 de julho de 2019, publicada no DOE-DPERO n.º 52, de 19 de julho de 2019;

CONSIDERANDO o contido no processo eletrônico de agendamento de folga compensatória n.º 3001.105985.2022;

RESOLVE:

Art. 1.º CONCEDER, a pedido do Defensor Público EDUARDO WEYMAR, matrícula n.º 300102420, lotado no Núcleo de Porto Velho, 03 (três) dias de folgas compensatórias a serem usufruídas em 02, 05 e 16.12.2022 em virtude de sua atuação em 02 (duas) escalas de plantão judiciário, de pelo menos 7 (sete) dias, no 1º semestre e 2º semestre do ano de 2021, conforme Certidão n.º 196/2021-CG/DPE, de 21.10.2021.

Art. 2.º Restará 1 (um) dia folga compensatória com fundamento na certidão mencionada.

Art. 3.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

MARCUS EDSON DE LIMA
Corregedor-Geral

PORTARIA N.º 524/2022/DPERO-CG-GAB
Porto Velho, 03 de novembro de 2022.

O CORREGEDOR-GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no exercício de suas atribuições legais, especialmente na forma da Lei Complementar Estadual n.º 117, de 04 de novembro de 1994, e da Portaria n.º 1022/2019/GAB/DPE-RO, de 19 de julho de 2019, publicada no DOE-DPERO n.º 52, de 19 de julho de 2019;

CONSIDERANDO o contido no processo eletrônico de agendamento de folga compensatória n.º 3001.106339.2022;

RESOLVE:

Art. 1.º CONCEDER, a pedido do Defensor Público KELSEN HENRIQUE ROLIM DOS SANTOS, matrícula n.º 300125408, lotado no Núcleo de Porto Velho, 01 (um) dia de folga compensatória a ser usufruída em 07.11.2022, em virtude de sua atuação nos trabalhos prestados à Justiça Eleitoral nas eleições municipais do ano de 2020, que concede 04 (quatro) dias de folgas compensatórias, conforme declaração emitida em 25.07.2021 pelo Juízo da 002ª Zona Eleitoral/RO.

Art. 2.º Restarão 03 (três) dias de folgas compensatórias com fundamento na certidão mencionada.

Art. 3.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

MARCUS EDSON DE LIMA
Corregedor-Geral

ATOS DA SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Portarias

PORTARIA N.º 473/2022/SGAP/DPERO
Porto Velho, 03 de novembro de 2022.

A SECRETÁRIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria n.º 0413/2021-GAB/DPE de 27 de abril de 2021, publicada no DOE-DPERO n.º 481, ano III, de 28 de abril de 2021.

CONSIDERANDO o disposto no art. 51 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e o contido no art. 3.º, inc. IV, da Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002,

RESOLVE:

Art. 1.º INSTITUIR a Comissão Permanente de Compras e Licitações (CPCL) e a Equipe de Pregão da Defensoria Pública do Estado de Rondônia

Art. 2.º DESIGNAR os(as) servidores(as) a seguir indicados(as) para comporem a CPCL e a referida equipe.



Designados(as)	Cargos	Matrículas	Funções
LUAN HORTIZ CAMPOS	Técnico Administrativo	300130630	Presidente, pregoeiro e equipe de apoio
ADRIANA LARISSA FREITAS DE SOUZA	Técnica Administrativa	300130664	Pregoeiro(a), equipe de apoio e membro
ANTÔNIO CARLOS MENDONÇA TAVERNARD	Analista Jurídico	300130843	

§ 1.º Os trabalhos dos(as) servidores(as) ora designados(as) deverão ser executados conforme as disposições das Leis n.º 8.666/1993 e 10.520/2002 e, subsidiariamente, do Decreto Estadual n.º 26.182/2021, dos Decretos Federais n.º 3.555/2000 e 10.024/2019, de suas respectivas alterações e de outras normas aplicáveis.

§ 2.º Os(as) pregoeiros(as) substituir-se-ão reciprocamente durante as férias, licenças, faltas e impedimentos legais e poderão integrar a equipe de apoio quando não estiverem atuando como pregoeiro(a) titular.

Art. 3.º CONCEDER aos(às) servidores(as) designados(as) para a função de pregoeiro(a), relacionados(as) no art. 2.º, a gratificação de Comissão de Trabalho Especial no percentual de 35% (trinta e cinco por cento) da referência DPE-NI-01, nos termos do Regulamento n.º 006/2016/DPG/DPE/RO, com efeitos financeiros a partir da publicação desta portaria no DOE-DPERO.

Art. 4.º REVOGAR a Portaria n.º 1272/2021-GAB/DPE, de 03 de novembro de 2021, publicada no DOE-DPERO n.º 607, de 03 de novembro de 2021.

Art. 5.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

BEATRIZ DE ANDRADE CHAVES
Secretária-Geral de Administração e Planejamento

PORTARIA N.º 475/2022/SGAP/DPERO
Porto Velho, 04 de novembro de 2022.

A SECRETÁRIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe conferem as Portarias n.º 0405/2020/GAB/DPE, de 06 de março de 2020, publicada no DOE-DPERO n.º 209, de 11 de março de 2020, e 0413/2021-GAB/DPE, de 27 de abril de 2021, publicada no DOE-DPERO n.º 481, de 28 de abril de 2021, CONSIDERANDO o Edital n.º 08/2022 – CENTRO DE ESTUDOS/DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA, de 1.º setembro de 2022, publicado no DOE-DPERO n.º 809, de 05 de setembro de 2022, o qual divulgou a homologação e a classificação definitiva do II Processo Seletivo para Provimento de Cadastro de Reserva de Estagiários(as) de Pós-Graduação dos Cursos de Direito, Administração, Comunicação Social (Jornalismo/Publicidade e Propaganda), Engenharia Civil, Informática – Desenvolvimento de Sistemas (Sistema da Informação, Bacharel em Informática e Ciência da Informação), Letras/Português, Psicologia, Serviço Social e Ciências Contábeis da Defensoria Pública do Estado de Rondônia;

CONSIDERANDO o contido no Processo n.º 3001.106077.2022;

CONSIDERANDO o requerimento de reclassificação para o fim da fila de aprovados, protocolado pelo(a) candidato(a) Israel de Araújo Verçosa Sanches, aprovado na 4.ª colocação na Comarca de Porto Velho no II Processo Seletivo para Provimento de Cadastro de Reserva de Estagiários(as) de Pós-Graduação dos Cursos de Direito, Administração, Comunicação Social (Jornalismo/Publicidade e Propaganda), Engenharia Civil, Informática – Desenvolvimento de Sistemas (Sistema da Informação, Bacharel em Informática e Ciência da Informação), Letras/Português, Psicologia, Serviço Social e Ciências Contábeis da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, convocado(a) pela Portaria n.º 1672/2022/DPG/DPERO, de 26 de outubro de 2022, publicada no DOE-DPERO n.º 844, de 26 de outubro de 2022,

RESOLVE:

Art. 1.º CONVOCAR o(a) seguinte aprovado(a) no II Processo Seletivo para Provimento de Cadastro de Reserva de Estagiários(as) de Pós-Graduação dos Cursos de Direito, Administração, Comunicação Social (Jornalismo/Publicidade e Propaganda), Engenharia Civil, Informática – Desenvolvimento de Sistemas (Sistema da Informação, Bacharel em Informática e Ciência da Informação), Letras/Português, Psicologia, Serviço Social e Ciências Contábeis da Defensoria Pública do Estado de Rondônia (doravante designado “II Processo Seletivo de Pós”), determinando o comparecimento para a assinatura do termo de compromisso e para a posse no dia 11 de novembro de 2022, a partir das 09h.

Candidato(a)	Col.	Comarca	Processos Seletivos
INGRID FERNANDES SANTOS	5.ª	Porto Velho	II Processo Seletivo de Pós

§ 1.º O(a) convocado(a) deverá enviar os documentos listados no anexo único desta portaria para o e-mail <drh@defensoria.ro.def.br> até 02 (dois) dias úteis imediatamente anteriores à assinatura do termo de compromisso (ou seja, até dia 09 de novembro de 2022), devendo aguardar a conferência pela Diretoria de Recursos Humanos e, uma vez informada a conformidade, comparecer para a assinatura do termo de compromisso respectiva sede (os endereços podem ser consultados em <https://bit.ly/3l7kwPC>), na data anteriormente indicada, apresentando, nessa oportunidade, os originais da documentação enviada.

§ 2.º Caso deseje solicitar fim de fila, o(a) convocado(a) deverá protocolar requerimento para o e-mail <drh@defensoria.ro.def.br>.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

BEATRIZ DE ANDRADE CHAVES
Secretária-Geral de Administração e Planejamento





Porto Velho – RO

DOE-DPERO n.º 880 – ano IV

Quarta-feira, 21 de dezembro de 2022

SUMÁRIO

ATOS DA DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL	1
Portarias.....	1
Regulamentos	4

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR BIÊNIO 2021-2023

HANS LUCAS IMMICH
DEFENSOR PÚBLICO-GERAL

DIEGO DE AZEVEDO SIMÃO
SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL

ELIZIO PEREIRA MENDES JÚNIOR
CHEFE DE GABINETE

MARCUS EDSON DE LIMA
CORREGEDOR-GERAL

VICTOR HUGO DE SOUZA LIMA
CORREGEDOR AUXILIAR

FELIPE DE MELO CATARINO
SECRETÁRIO-GERAL DO CONSELHO SUPERIOR

BEATRIZ DE ANDRADE CHAVES
SECRETÁRIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E
PLANEJAMENTO

VALDIRENE APARECIDA DE OLIVEIRA
OUVIDORA-GERAL

CONSELHO SUPERIOR BIÊNIO 2022-2024

LILIANA DOS SANTOS TORRES AMARAL
CONSELHEIRA – DEFENSORA PÚBLICA DE NÍVEL 4

SÉRGIO MUNIZ NEVES
CONSELHEIRO – DEFENSOR PÚBLICO DE NÍVEL 4

RAFAEL DE CASTRO MAGALHÃES
CONSELHEIRO – DEFENSOR PÚBLICO DE NÍVEL 3

LEANDRO DE ALMEIDA MAINARDES
CONSELHEIRO – DEFENSOR PÚBLICO DE NÍVEL 3

RITHYELLE MEDEIROS BISSI DO NASCIMENTO
CONSELHEIRA – DEFENSORA PÚBLICA DE NÍVEL 2

EDUARDO GUIMARÃES BORGES
CONSELHEIRO – DEFENSOR PÚBLICO DE NÍVEL 1

EXPEDIENTE

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

ALINE GASPAR
PEREIRA:08798977911



Assinado de forma digital por ALINE
GASPAR PEREIRA:08798977911
Dados: 2022.12.21 11:47:42 -04'00'

**DEFENSORIA PÚBLICA DO
ESTADO DE RONDÔNIA**

Av. Gov. Jorge Teixeira, n.º 1722, Embratel
CEP: 76.820-846 – Porto Velho - RO

www.defensoria.ro.def.br

defensoriaRO dpe_ro @dpe_ro defensoriaRO

ATOS DA DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL

Portarias

PORTARIA N.º 1914/2022/DPG/DPERO
Porto Velho, 13 de dezembro de 2022.

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, no exercício de suas atribuições legais, especialmente na forma da Constituição Federal, da Constituição do Estado de Rondônia, da Lei Complementar Federal n.º 80/1994, de 12 de janeiro de 1994, da Lei Complementar Estadual n.º 117/1994, de 04 de novembro de 1994, e do Decreto n.º 26.094, de 19 de maio de 2021, publicado no Diário Oficial do Estado de Rondônia n.º 104, de 20 de maio de 2021,

CONSIDERANDO a Portaria n.º 0405/2020/GAB/DPE, de 06 de março de 2020, publicada no DOE-DPERO n.º 209, de 11 de março de 2020, a qual delegou competências ao(a) Secretário(a)-Geral de Administração e Planejamento da Defensoria Pública do Estado de Rondônia para praticar determinados atos, observadas as normas vigentes;

CONSIDERANDO a Portaria n.º 473/2022/SGAP/DPERO, de 03 de novembro de 2022, publicada no DOE-DPERO n.º 849, de 04 de novembro de 2022, a qual instituiu a Comissão Permanente de Compras e Licitações (CPCL) e a Equipe de Pregão da Defensoria Pública do Estado de Rondônia e designou servidores(as) para comporem as referidas comissão e equipe, concedeu gratificação aos(as) designados(as) e revogou a Portaria n.º 1272/2021-GAB/DPE, de 03 de novembro de 2021, publicada no DOE-DPERO n.º 607, de 03 de novembro de 2021;

CONSIDERANDO que a Portaria n.º 473/2022/SGAP/DPERO foi subscrita pela Secretária-Geral de Administração e Planejamento, mas que, na Portaria n.º 405/2020-GAB/DPERO, não se verifica a atribuição para a instituição da CPCL nem para a concessão da respectiva gratificação de Comissão de Trabalho Especial;

CONSIDERANDO o art. 55 da Lei n.º 9.784/1999, o qual dispõe que, em “decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração”;

CONSIDERANDO os arts. 16 e 17 da Lei Estadual n.º 3.830/2016, os quais permitem a convalidação de atos inválidos, quando decorrerem de vício de competência, desde que a convalidação seja feita pela autoridade titulada para a prática do ato e não trate de competência indelegável;

CONSIDERANDO o art. 1.º, *caput*, do Regulamento n.º 06/2016-GAB/DPERO, o qual incumbiu ao Defensor Público-Geral do Estado de Rondônia a competência para a concessão de gratificações;

CONSIDERANDO o contido nos Processos n.º 3001.106528.2022 e 3001.107094.2022,

RESOLVE:

Art. 1.º CONVALIDAR retroativamente a Portaria n.º 473/2022/SGAP/DPERO, de 03 de novembro de 2022, publicada no DOE-DPERO n.º 849, de 04 de novembro de 2022, bem como todos os atos praticados com base nela.

Art. 2.º CONCEDER aos(às) servidores(as) designados(as) para a função de pregoeiro(a), relacionados(as) no art. 2.º da Portaria n.º 473/2022/SGAP/DPERO, a gratificação de Comissão de Trabalho Especial no percentual de 35% (trinta e cinco por cento) da referência DPE-NI-01, nos termos do Regulamento n.º 006/2016/DPG/DPE/RO, com efeitos financeiros retroativos a 03.11.2022.

Art. 3.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

HANS LUCAS IMMICH
Defensor Público-Geral do Estado

PORTARIA N.º 1930/2022/DPG/DPERO
Porto Velho, 16 de dezembro de 2022.

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, no exercício de suas atribuições legais, especialmente na forma da Constituição Federal, da Constituição do Estado de Rondônia, da Lei Complementar Federal n.º 80/1994, de 12 de janeiro de 1994, da Lei Complementar Estadual n.º 117/1994, de 04 de novembro de 1994, e do Decreto n.º 23.922, de 20 de maio de 2019, publicado no Diário Oficial do Estado de Rondônia n.º 092, de 21 de maio de 2019,

CONSIDERANDO a Lei Complementar n.º 703, de 08 de março de 2013, a Lei Complementar n.º 798, de 25 de setembro de 2014, e a Lei Complementar n.º 1.113/2021, de 17 de dezembro de 2021;

CONSIDERANDO o cumprimento dos requisitos que constam no art. 11-A da Lei Complementar n.º 703, de 08 de março de 2013, alterada pela Lei Complementar n.º 798, de 25 de setembro de 2014;

CONSIDERANDO o contido no Processo n.º 3001.106540.2022, bem como na Portaria n.º 1361/2021/DPG/DPERO, de 25 de novembro de 2021, publicada no DOE-DPERO n.º 624, de 29 de novembro de 2021, a qual concedeu progressão funcional horizontal para a Classe A / Padrão 3 (corresponde à Classe B / Padrão 5, nos termos da Lei Complementar n.º 1.113/2021, de 17 de dezembro de 2021) ao servidor Uillian Bruno Lima dos Santos,

RESOLVE:

Art. 1.º CONCEDER progressão funcional horizontal para a Classe B / Padrão 6 ao servidor UILLIAN BRUNO LIMA DOS SANTOS, Analista Programador, matrícula n.º 300130699, lotado na Comarca de Porto Velho, com efeitos financeiros a partir de 31.10.2022, nos termos do art. 11-A da Lei Complementar n.º 703, de 08 de março de 2013, alterada pela Lei Complementar n.º 798, de 25 de setembro de 2014.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

HANS LUCAS IMMICH
Defensor Público-Geral do Estado

PORTARIA N.º 1931/2022/DPG/DPERO
Porto Velho, 16 de dezembro de 2022.

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, no exercício de suas atribuições legais, especialmente na forma da Constituição Federal, da Constituição do Estado de Rondônia, da Lei Complementar Federal n.º 80/1994, de 12 de janeiro de 1994, da Lei Complementar Estadual n.º 117/1994, de 04 de novembro de 1994, e do Decreto n.º 26.094, de 19 de maio de 2021, publicado no Diário Oficial do Estado de Rondônia n.º 104, de 20 de maio de 2021,

CONSIDERANDO o contido no Processo n.º 3001.107431.2022,

RESOLVE:

Art. 1.º RELOTAR, a contar de 09.12.2022, a estagiária de Graduação em Direito a seguir indicada.

Estagiário(a)	Matrícula	Relotação	Supervisor(a)
ANDRESSA MAGNO ROYER	300131600	25.ª Defensoria Pública – Comarca de Porto Velho	RITHYELLE MEDEIROS BISSI DO NASCIMENTO Defensora Pública matrícula n.º 300130321

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

HANS LUCAS IMMICH
Defensor Público-Geral do Estado

